



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026
PREGÃO Nº 049/2026**

FORMA ELETRÔNICA

O Município de Rosário da Limeira, estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o 01.616.837/0001-22, com sede administrativa na Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 232, Bairro Centro, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público a abertura do Processo Licitatório em epígrafe, adotando – se como:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal e demais condições fixadas neste instrumento.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Sim

FASE DE HABILITAÇÃO ANTECEDE AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO: Não

A realização da sessão pública eletrônica ocorrerá da seguinte forma:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 22/10/2026

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: www.ammlicita.org.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília

Observações:

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1- OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos, conforme**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG.

2- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os Microempreendedores Individuais - MEI, as Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, do ramo pertinente ao objeto licitado que atendam todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e se encontrem devidamente cadastradas na plataforma eletrônica **AMM LICITA**.

2.1.1. O cadastro na plataforma eletrônica poderá ser realizado através do endereço www.ammlicita.org.br.

2.2. Não poderão participar da licitação:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.1. O impedimento de que trata o inciso III será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3- DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.

3.1.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos.

3.1.2. Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

3.2. Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, o Microempreendedor Individual-MEI é uma modalidade de Microempresa - ME.

4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:

I- Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

II- Que atende os requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

III- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

IV- Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;

V- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, conforme art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21;

VI- Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

VII- Para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

VIII- Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº123/06, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto portando, a exercer o direito de preferência.

IX- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

4.3.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2. Ao firmar a declaração constante no item VIII, o licitante declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas no item 3.1 independentemente de transcrição.

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I- VALOR UNITÁRIO

II- VALOR TOTAL

III- MARCA, QUANDO CABÍVEL

IV- DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, CONTENDO AS INFORMAÇÕES SIMILARES À ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: INDICANDO, NO QUE FOR APLICÁVEL: MODELO, PRAZO DE GARANTIA ETC.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.9.2. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio chat para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.6.1. O intervalo mínimo de lances corresponde a **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último **por ele** ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá solicitar a exclusão do lance no momento da disputa, na hipótese de lances apresentados de forma inconsistente ou inexecutável, cabendo ao Pregoeiro autorizar a exclusão ou indeferir a solicitação.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O presente certame utilizará o modo de disputa “**aberto**”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição **das demais colocações**.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

I- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I- Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

II- Empresas brasileiras;

III- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante vencedor.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.19.4. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

6.19.4.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7- DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no instrumento convocatório, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I- Contiver vícios insanáveis;

II- Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III- Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V- Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, será considerado como indício de inexequibilidade as propostas de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

I- Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II- Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei, conforme disposto no § 5º do Art. 59.

7.7.4.1. Serão admitidas as garantias nas seguintes modalidades:

I- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

7.8. Erros no preenchimento da proposta ou planilhas não constituem motivo para sua desclassificação. O documento poderá ser ajustado pelo fornecedor, no prazo indicado através do sistema, **desde que não haja alteração do preço.**

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8- DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. O licitante vencedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema, os seguintes documentos para fins de habilitação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

8.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, *se houver*, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

Federal/88.

8.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

8.1.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

8.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I- Alvará de Vigilância Sanitária, expedido pelo órgão competente do Município ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o licitante, devidamente válido na forma da legislação específica vigente.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.

8.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/21).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

8.7. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente instrumento convocatório.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9- DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II- O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

10.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- A natureza e a gravidade da infração cometida.

II- As peculiaridades do caso concreto

III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes

IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 10.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 10.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

10.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 10.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1 deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

10.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 10.3.

10.6. A sanção prevista no inciso III do item 10.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

10.7. A sanção prevista no inciso IV do item 10.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 10.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.15. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.

10.15.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

10.16. Além das sanções previstas no item 10.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

10.16.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;

II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá convertê-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

10.16.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma **AMM LICITA** pelos licitantes ou pelo e-mail licitacao@rosariolimeira.mg.gov.br pelos demais interessados.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.9. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

12.11. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.12. O licitante vencedor deverá assinar a Ata de Registro de Preços, bem como os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes dela, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

12.12.1. O documento será encaminhado para o e-mail indicado pelo licitante vencedor em seu cadastro e não será aceita em nenhuma hipótese, a alegação de não visualização do e-mail encaminhado.

13 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Esta licitação compõe o Procedimento Auxiliar para adoção do Sistema de Registro de Preços.

13.2. A(s) Ata(s) de Registro(s) de Preço(s) decorrente(s) desta licitação implicará(ão) compromisso de execução das condições estabelecidas, mas não obrigará(ão) o Município a contratar com o adjudicatário.

13.3. É vedada a participação do órgão em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto, durante o seu respectivo período de vigência.

13.4. Outros os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

13.4.1. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere este tópico não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

13.4.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

participantes que aderirem.

13.4.3. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

13.4.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata. O prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

13.5. Os licitantes não poderão oferecer propostas em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item constante na relação descrita no Termo de Referência.

13.6. As condições para alteração e/ou atualização dos preços registradas são aquelas constantes no Anexo III, Minuta da Ata de Registro de Preços.

13.7. Poderá ser realizada a formação do cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de execução do objeto pelo licitante adjudicatário, desde que os licitantes aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor.

13.7.1. Será respeitada, na convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e eventuais contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados.

13.7.2. O licitante que optar por participar do cadastro de reservas deverá encaminhar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados do encerramento da sessão, declaração de que aceita cotar o(s) item(ns) em valor(es) idêntico(s) ao do licitante vencedor para o e-mail licitacao@rosariodalimeira.mg.gov.br.

13.7.3. Somente serão considerados os valores idênticos aos dos licitantes vencedores, qualquer item proposto com valores divergentes, superiores ou inferiores, serão desconsiderados.

13.7.4. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reservas somente será efetuada quando houver necessidade de convocação dos licitantes remanescentes, nos casos em que o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na respectiva ata.

13.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Município, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I- Por razão de interesse público;

II- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III – Se não houver êxito nas negociações de eventuais alterações dos preços registrados.

13.9. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão, quando o fornecedor:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - Não aceitar manter seu preço registrado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9.1. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.10. O prazo de vigência da(s) Ata(s) de Registro de Preços oriundas desta licitação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

13.11. Nas compras com entrega imediata e integral dos produtos que não resultem em obrigações futuras, o instrumento contratual poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra.

13.11.1. Nos casos de substituição do instrumento contratual, os outros instrumentos hábeis terão as mesmas condições e obrigações estabelecidas na minuta contratual, constante do Anexo II, independentemente de sua transcrição.

14- DOS ANEXOS

14.1. São partes integrantes deste instrumento:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta Contratual

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Declaração para Cadastro de Reserva.

15- DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Muriaé-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rosário da Limeira-MG, 29 de setembro de 2026

Maria Eduarda da Silva Freitas
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026 PREGÃO Nº 049/2026 TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG.**

1.2. Conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, optou-se pela contratação com o orçamento estimado de caráter sigiloso, nos termos do Artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/21. Segue planilha com as especificações detalhadas e quantitativos pretendidos para este procedimento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA AUXILIAR NO CONTROLE GLICÊMICO DE PACIENTES COM DIABETES OU NECESSIDADES ESPECIAIS NO METABOLISMO DA GLICOSE. RICO EM PROTEÍNAS, FONTE DE FIBRAS, VITAMINAS E MINERAIS, CONTENDO CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO E BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO. ISENTO DE GLÚTEN E LACTOSE. EMBALAGEM: LATA 380 A 400 G. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: GLUCERNA SR, NOVASOURCE GC, DIASIP.	400G	50
2	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. INGREDIENTES: MALTODEXTRINA, XAROPE DE MILHO, PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, SACAROSE, CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, ÓLEO DE CANOLA DE BAIXO TEOR ERÚCICO, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MILHO, LECITINA DE SOJA, FOSFATO DE SÓDIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, VITAMINAS (VITAMINA A, VITAMINA D, VITAMINA E, VITAMINA K, VITAMINA C, VITAMINA B1, VITAMINA B2, NIACINA, VITAMINA B6, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINA B12, TIAMINA E TAURINA), CLORETO DE MAGNÉSIO, CARBONATO DE CÁLCIO, BITARTARATO DE COLINA, CLORETO DE CÁLCIO, MINERAIS (MANGANÊS, FERRO, COBRE, ZINCO, SELÊNIO, CROMO, MOLIBDÊNIO E IODO), ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO E AROMATIZANTE. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS • DENSIDADE CALÓRICA 1,0 KCAL/ ML • PROTEÍNAS: 16% •	LATA 400G	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	CARBOIDRATOS: 50% • GORDURAS: 34% FONTE DE MACRONUTRIENTES: • PROTEÍNAS: - (50% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, 50% CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA) • CARBOIDRATOS: (83% POLISSACARÍDEOS E 17% SACAROSE) • LIPÍDEOS: (51% ÓLEO DE CANOLA; 24% TCM; 16% ÓLEO DE MILHO; 3,5% LECITINA DE SOJA; 2,9% GORDURA LÁCTEA; 2,1% ÁCIDO LINOLEICO E 0,3% ÁCIDO LINOLÊNICO) • FORMAS DE APRESENTAÇÃO: LATA 400 G. • OSMOLALIDADE: 350 MOSM/KG DE ÁGUA SABOR: BAUNILHA MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN 1.0 (NÉSTLÉ HEALTH SCIENCE), ENSURE PÓ (ABBOTT), NUTRI ENTEREAL PÓ (PRODIET)		
3	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ENTERAL E ORAL INDICADO PARA PESSOAS QUE NECESSITAM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. FÓRMULA COM DENSIDADE ENERGÉTICA NORMAL, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, NORMOLIPÍDICA E HIPOSSÓDICA. ALIMENTO INSTANTÂNEO E DE FÁCIL SOLUBILIDADE; FONTE DE VITAMINAS E MINERAIS; ISENTO DE SACAROSE E GLÚTEN MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN 1.0 (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), ENSURE PÓ (ABBOTT), TROPHIC BASIC (PRODIET)	POTE 800G	70
4	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ENTERAL E ORAL INDICADO PARA PESSOAS QUE NECESSITAM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. FÓRMULA COM DENSIDADE ENERGÉTICA NORMAL, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, NORMOLIPÍDICA E HIPOSSÓDICA. CONTÉM FIBRAS NA COMPOSIÇÃO. ALIMENTO INSTANTÂNEO E DE FÁCIL SOLUBILIDADE; FONTE DE VITAMINAS E MINERAIS; ISENTO DE SACAROSE E GLÚTEN. POTE 800G. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN 1.0 FIBER (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), ENSURE FIBER (ABBOTT) TROPHIC BASIC (PRODIET), TROPHIC FIBER	POTE 800G	30
5	ALIMENTO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, ELEMENTAR (100% AMINOÁCIDOS LIVRES), NUTRICIONALMENTE COMPLETO, EM PÓ, PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS COM ALERGIAS ALIMENTARES. ISENTA DE	LATA 400G	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. USO VIA ORAL E/OU ENTERAL. INDICAÇÕES: ALERGIA ALIMENTAR (AO LEITE DE VACA, À SOJA, A HIDROLISADOS E A MÚLTIPLAS PROTEÍNAS). MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:NEOCATE ADVANCE (DANONE NUTRICIA), ALFAMIRO JUNIOR (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PURAMINO JR (MEAD JOHNSON/RECKITT)		
6	APITAMIL II 800 GRAMAS	UN	100
7	APTAMIL 1 800 GRAMAS	UN	100
8	APTAMIL AR 800 GRAMAS	UN	100
9	APTAMIL PEPTI 400 GRAMAS	UN	200
10	APTAMIL SOJA 800 GRAMAS	UN	20
11	COMPLEMENTO ALIMENTAR DIÁRIO PARA QUEM NECESSITA DE UM MAIOR APORTE NUTRICIONAL. COM COMBINAÇÃO DE PROTEÍNA, VITAMINAS, MINERAIS E FIBRAS QUE IRÃO AUXILIAR NA IMUNIDADE, SAÚDE MUSCULAR, ÓSSEA E INTESTINAL. PODE SER CONSUMIDO QUENTE OU FRIO. ALIMENTOS PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE NUTRIENTES. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM SACAROSE. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ENSURE (ABBOTT), SUSTAIN (DANONE NUTRICIA)	LATA 400G	200
12	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS, FONTE DE CÁLCIO, FERRO, ZINCO, VITAMINAS A, C, D, E, K E COMPLEXO B. SABOR MORANGO OU SIMILAR. EMBALAGEM MÍNIMA DE 350 G. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:SUSTAP KIDS, NUTREN KIDS, SUSTAIN JUNIOR	350G	200
13	COMPOSTO LÁCTEO A BASE DE SOJA. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 3 A 5 ANOS. RICO EM VITAMINAS C E D. FONTE DE VITAMINAS A, B2, B12, B5, E, K, CÁLCIO, FERRO E ZINCO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM PROTEÍNAS LÁCTEAS. CONTÉM DERIVADOS DE SOJA. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: MILNUTRI BEBIDA VEGETAL SOJA (DANONE), SUPRASOY INFANTIL (JOSAPAR), SOYMILKE KIDS (OLVEBRA)	LATA 400G	40



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

14	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 3 A 5 ANOS DE IDADE, ADICIONADO DE PREBIÓTICOS (FOS E GOS). CONTÉM LCPUFAS ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - ÁCIDO DOCOSAHEXAENOICO (DHA). FONTE DE CÁLCIO, FERRO E ZINCO. RICO EM VITAMINAS C E D. FONTE DE VITAMINAS A, B2, B12, B5, E E K. CONTÉM SORO DE LEITE. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: MILNUTRI PREMIUM (DANONE), NANLAC CONFORT 3 (NESTLÉ), APTAMIL PROFUTURA 3 (DANONE)	LATA 800G	20
15	COMPOSTO LÁCTEO DIFERENTE DO LEITE DE VACA, CONTÉM ADIÇÃO DE NUTRIENTES E INGREDIENTES IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS: COMO VITAMINAS, MINERAIS E FIBRAS, ALÉM DISSO, NÃO É ADICIONADO DOS AÇÚCARES SACAROSE, FRUTOSE E AROMATIZANTES. INGREDIENTES: LEITE DESNATADO, SORO DE LEITE DESMINERALIZADO, MALTODEXTRINA, LACTOSE, OLEÍNA DE PALMA, GALACTO-OLIGOSSACARÍDEOS*, CONCENTRADO PROTEICO DE SORO DE LEITE, ÓLEO DE CANOLA COM BAIXO TEOR ERÚCICO, ÓLEO DE GIRASSOL, CÁLCIO (CITRATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO), ÓLEO DE PEIXE**, FÓSFORO (FOSFATO DE POTÁSSIO), FRUTO - OLIGOSSACARÍDEOS*, SÓDIO (FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO), MAGNÉSIO (CLORETODE MAGNÉSIO), - VITAMINA C (L - ASCORBATO DE SÓDIO), FERRO (SULFATO FERROSO), ZINCO (SULFATO DE ZINCO), VITAMINA E (ACETATO DE DL - ALFATOCOFERILA), ÁCIDO PANTOTÊNICO (D -PANTOTENATO DE CÁLCIO), NIACINA (NICOTINAMIDA), COBRE (SULFATO DE COBRE), TIAMINA (TIAMINA MONONITRATO), VITAMINA A (ACETATO DE RETINILA), VITAMINA B6(CLORIDRATO DE PIRIDOXINA), VITAMINA B2 (RIBOFLAVINA), ÁCIDO FÓLICO (ÁCIDO N -PTEROIL - L - GLUTÂMICO), IODO (IODETO DE POTÁSSIO), VITAMINA K (FITOMENADIONA), BIOTINA (DBIOTINA), VITAMINA D (COLECALCIFEROL), VITAMINA B12(CIANOCOBALAMINA), EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E REGULADORES DE ACIDEZ HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO E ÁCIDO CÍTRICO. ALÉRGICOS: CONTÉM LEITE E DERIVADOS E DERIVADOS DE SOJA E PEIXE. CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLUTÉN. ESTE PRODUTO NÃO É LEITE EM PÓ. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: MILNUTRI PREMIUM (DANONE), NINHO	LATA 800G	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	PRIMEIRA INFÂNCIA (NESTLÉ), ENFAGROW PREMIUM 9MEAD JOHNSON/ RECKITT)		
16	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE SOJA. INDICADO PARA CRIANÇAS ATÉ OS 12 MESES DE VIDA, COM INTOLERÂNCIA À LACTOSE E/OU NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO À LACTOSE (GALACTOSEMIA). CONTÉM ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO) E ÔMEGA 6 (ÁCIDO LINOLEICO). MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: APTAMIL SOJA 1 (DANONE), NAN SOY (NESTLÉ), ENFAMIL PROSOBEE (MEAD JOHNSON/ RECKITT)	LATA 800G	100
17	FÓRMULA INFANTIL ANTIREGURGITAÇÃO, EM PÓ, PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO, FORMULADA PARA CONDIÇÕES DE REFLUXO GASTROESOFÁGICO E/OU REGURGITAÇÃO. CONTÉM GOMA JATAÍ, AGENTE ESPESSANTE QUE PROPORCIONA MAIOR VISCOSIDADE DA FÓRMULA, NÃO ALTERANDO A DISTRIBUIÇÃO CALÓRICA.HIDROLISADA DO SORO DO LEITE, TEOR DE LACTOSE REDUZIDO, COM ADIÇÃO (GOS E FOS) DE PREBIÓTICOS, MIX ESPECIAL DE ÓLEOS ESSENCIAIS (ÁCIDO GRAXO BETA- PALMÍTICO) E ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - LC PUFAS (DHA - ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO E ARA - ÁCIDO ARAQUIDÔNICO). MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: APTAMIL AR (DANONE), NAN ESPESSAR/AR (NESTLÉ), ENFAMIL AR PREMIUM (MEAD JOHNSON/ RECKITT)	LATA 800G	100
18	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA DESDE O NASCIMENTO ATÉ 6 MESES DE VIDA, EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS INTACTAS, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS (FOS E GOS). CONTÉM ADEQUADA RELAÇÃO ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO): ÔMEGA 6 (ÁCIDO LINOLEICO) MAIS LCPUFAS (DHA E ARA) E NUCLEOTÍDEOS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NAN COMFOR 1 , APTAMIL PREMIUM 1.	LATA 800G	300
19	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA E SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES, POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL, HIPERCALÓRICA, COM ÓTIMA OFERTA PROTÉICA. CONTÉM ADIÇÃO DE LCPUFAS, NUCLEOTÍDEOS E UMA MISTURA EXCLUSIVA DE PREBIÓTICOS (GOS/FOS). ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA	LATA 400G	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	1,0 KCAL/ML. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: INFATRINI (DANONE NUTRICIA), INFATRINI PEPTISORB (DANONE NUTRICIA), PEDIASURE ENTERAL INFANTIL (ABBOTT)		
20	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 6 A 12 MESES DE VIDA, EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS INTACTAS, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS (FOS E GOS). CONTÉM ADEQUADA RELAÇÃO ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO): ÔMEGA 6 (ÁCIDO LINOLEICO) MAIS LCPUFAS (DHA E ARA), ALÉM DA PRESENÇA DE NUCLEOTÍDEOS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NAN CONFORT 2, APTAMIL PREMIUM 2.	LATA 800G	300
21	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DE LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA, COM LACTOSE E ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS E ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - LCPUFAS (DHA - ÁCIDO OCOSAHEXAENÓICO E ARA - ÁCIDO ARAQUIDÔNICO. CONTÉM LCPUFAS - ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA E PREBIÓTICOS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: APTAMIL PEPTI (DANONE), ALTHÉRA (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PEPTI JUNIOR (DANONE)	LATA 400G	100
22	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ HIPOALERGÊNICA, HIPERCALÓRICA (1 KCAL/ML), DESENVOLVIDA PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DE 0 A 36 MESES COM NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS; CONTÉM PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA E É ISENTA DE LACTOSE. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: INFATRINI PEPTISORB (DANONE), ALFARÉ HMO (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PEPTAMEN JUNIOR (NESTLÉ HEALTH SCIENCE)	LATA 400G	300
23	FÓRMULA INFANTIL, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS DE VIDA, EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS INTACTAS, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS (GOS/FOS). CONTÉM ADEQUADA RELAÇÃO ÔMEGA 6: ÔMEGA 3 E PRESENÇA DE LCPUFAS (DHA E ARA) MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NINHO FASES 1 +, MILNUTRI PREMIUM, ENFAGROW,	LATA 800G	100
24	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, 0-36 MESES DE IDADE E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE	LATA 400G	400



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA. COM DHA E ARA. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: PREGOMIN PEPTI, (DANONE) ALFARÉ (NESTLÉ HEALTH SCIENCE) NUTRAMIGEN LGG (RECKITT/ MEAD JOHNSON)		
25	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES À BASE DE SOJA. FONTE DE ÁCIDOS GRAXOS, COMO DHA E ARA, SUA FÓRMULA É IDEAL PARA BEBÊS DE 0 A 12 MESES, INTOLERANTES A LACTOSE OU A QUALQUER COMPONENTE DO LEITE EM GERAL. FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES À BASE DE SOJA. COM DHA E ARA. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM SOJA E DERIVADOS MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NAN SOY, APTAMIL SOJA 2, ENFAMIL PRO SOBEE	LATA 800G	100
26	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E À BASE DE AMINOÁCIDOS. COM DHA E ARA. RECOMENDADO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, 0-36 MESES DE IDADE. INGREDIENTES: XAROPE DE GLICOSE DESIDRATADO, AMINOÁCIDOS* (LARGININA-L-ASPARTATO, ACETATO DE LLISINA, L-LEUCINA, L-PROLINA, LGLUTAMINA, L-VALINA, GLICINA, LISOLEUCINA, L-TREONINA, L-SERINA, LTIROSINA, L-FENILALANINA HISTIDINA, L -ALANINA, L -CISTINA, L -TRIPTOFANO, L -ASPARTATO DE MAGNÉSIO E L -METIONINA), TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, AMIDO DE BATATA, ÓLEO DE GIRASSOL DE ALTO TEOR OLÉICO, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE GIRASSOL, OLEÍNA DE PALMA, GLICEROFOSFATO DE CÁLCIO, CLORETO DE POTÁSSIO, MALTODEXTRINA, CITRATO DE CÁLCIO, CITRATO DE SÓDIO, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO, ÓLEO DE CRYPTHECODINIUMCOHNII RICO EM ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA RICO EM ÁCIDO - ARAQUIDÔNICO, BITARTARATO DE COLINA, VITAMINA C, TAURINA, ÓXIDO DE MAGNÉSIO,	LATA 400G	400



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	INOSITOL, SULFATO FERROSO, VITAMINA E, SULFATO DE ZINCO, L - CARNITINA, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, SULFATO DE COBRE, VITAMINA B2, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B6, IODETO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MANGANÊS, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K, SELENATO DE SÓDIO, D -BIOTINA, VITAMINA D, VITAMINA B12, EMULSIFICANTE ÉSTERES DE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS COM ÁCIDO CÍTRICO E ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM FENILALANINA. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ALFAMINO, NEOCATE LCP, PUR AMIRO		
27	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA EM PÓ, COM 100% PROTEÍNA PARCIALMENTE LATA 800G. HIDROLISADA DO SORO DO LEITE, TEOR DE LACTOSE REDUZIDO, COM ADIÇÃO (GOS E FOS) DE PREBIÓTICOS, MIX ESPECIAL DE ÓLEOS ESSENCIAIS (ÁCIDO GRAXO BETA- PALMÍTICO) E ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA – LC PUFAS (DHA – ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO E ARA – ÁCIDO ARAQUIDÔNICO).MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: APTAMIL HA, (DANONE), NAN HA (NESTLÉ), ENFAMIL GENTLEASE/ HA (MEAD JOHNSON/ RECKITT)	LATA 800G	50
28	FÓRMULA INFANTIL PARA RECEMNASCIDOS PRÉ-TERMO E/OU DE ALTO RISCO. COM DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MALTODEXTRINA, PROTEÍNA DE SORO DE LEITE*, LEITE DESNATADO*, TRIGLICÉRIDES DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE CANOLA, OLEÍNA DE PALMA, ÓLEO DE GIRASSOL COM ALTO TEOR OLEICO, ÓLEO DE GIRASSOL, SAIS MINERAIS (CITRATO DE POTÁSSIO, CITRATO DE CÁLCIO, CLORETO DE SÓDIO, CITRATO SÓDICO, CLORETO DE MAGNÉSIO, SULFATO FERROSO, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE CÁLCIO DIBÁSICO, CLORETO DE POTÁSSIO E SELENATO DE SÓDIO), VITAMINAS (L ASCORBATO DE SÓDIO, BITARTARATO DE COLINA, ACETATO DE DL-A-TOCOFERILA, NICOTINAMIDA, MIOINOSITOL, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, ACETATO DE RETINILA, TIAMINA MONONITRATO, RIBOFLAVINA, CLORIDRATO DE	LATA 400G	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	PIRIDOXINA, ÁCIDO NPTEROIL-L-GLUTÂMICO, FILOQUINONA, D-BIOTINA, COLECALCIFEROL E CIANOCOBALAMINA), ÓLEO DE CRYPTHECODINIUMCOHNII, LECITINA DE LATA 400G. SOJA, L-HISTIDINA, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA, L-ARGININA, - LCISTEÍNA, NUCLEOTÍDEOS (CITIDINA 5-MONOFOSFATO, SAL DISSÓDICO DE URIDINA 5-MONOFOSFATO, ADENOSINA 5- MONOFOSFATO E GUANOSINA 5- MONOFOSFATO), TAURINA, L-CARNITINA E LACTOSE. *FONTE PROTEICA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM LEITE E DERIVADOS E DERIVADOS DE SOJA. AVISO IMPORTANTE: ESTE PRODUTO SOMENTE DEVE SER USADO NA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 1 (UM) ANO DE IDADE COM INDICAÇÃO EXPRESSA DE MÉDICO OU NUTRICIONISTA. O ALEITAMENTO MATERNO EVITA INFECÇÕES E ALERGIAS E FORTALECE O VÍNCULO MÃE-FILHO. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: PRENAN, APTAMIL PRÉ, ENFAMIL PREMATUROS.		
29	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL FORMULADO PARA ESTADOS DE FUNÇÃO RENAL COMPROMETIDA - INSUFICIÊNCIA RENAL AGUDA OU CRÔNICA, EM TRATAMENTO CONSERVADOR OU COMO SUPLEMENTAÇÃO PARA PACIENTES DIALISADOS. HIPERCALÓRICO, COM BAIXO TEOR PROTÉICO E ADEQUADO TEOR LIPÍDICO. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA 2,0 KCAL/ML).. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NOVASOURCE REN (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON RENAL (DANONE NUTRICIA) SUPLENA (ABBOTT)	1000ML	10
30	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, NORMOCALORICA E HIPERPROTEICA, ACRESCIDA DE ARGININA E MICRONUTRIENTES RELACIONADOS A CICATRIZAÇÃO (ALTO TEOR DE VITAMINA C, VITAMINA E, ZINCO, SELÊNIO E COBRE), COM FIBRAS E MIX DE CAROTENOIDES. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:CUBISON (DANONE NUTRICIA)IMPACT 1.5 (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NOVASOURCE PROLINE (NESTLÉ HEALTH SCIENCE)	1000ML	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

31	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, COM DENSIDADE CALÓRICA DE 1,5 KCAL/ML, COM ADEQUADO TEOR PROTEICO, COM FIBRAS E ENRIQUECIDO COM O EXCLUSIVO MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOSOURCE 1.5 FIBER (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON ENERGY MULTI FIBRE (DANONE NUTRICIA), TROPHIC 1.5 FIBER (PRODIET)	1000ML	130
32	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, COM DENSIDADE CALÓRICA DE 1,5 KCAL/ML, COM ADEQUADO TEOR PROTEICO, SEM FIBRAS E ENRIQUECIDO COM O EXCLUSIVO MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOSOURCE 1.5 (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON ENERGY (DANONE NUTRICIA), TROPHIC 1.5 (PRODIET)	1000ML	3
33	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, NORMOCALÓRICO E NORMOPROTÉICO. COM FIBRAS. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOSOURCE SOYA FIBER (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON SOYA MULTI FIBRE (DANONE NUTRICIA), TROPHIC SOYA FIBER (PRODIET)	1000ML	1.200
34	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, NORMOCALÓRICO E NORMOPROTÉICO. SEM FIBRAS. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOSOURCE SOYA (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON SOYA MULTI FIBRE (DANONE NUTRICIA), TROPHIC SOYA FIBER (PRODIET)	1000ML	1.000
35	FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E HIPERPROTEICA ORAL, COM ARGININA E PROLINA. COM ALTO TEOR DE ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS A, E E C. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE. ISENTA DE LACTOSE. INDICADA PARA PACIENTES COM PROBLEMAS DE CICATRIZAÇÃO GERAL COMO LESÕES POR PRESSÃO, LESÕES CRÔNICAS, PÉ	200ML	2.400



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	DIABÉTICO, ETC. POSSUI UMA FÓRMULA HIPERPROTÉICA E HIPERCALÓRICA, COM 1,4KCAL/ML. CARREGA TAIS AGENTES SEM ADIÇÃO DE SACAROSE E LIVRE DE GLÚTEN, PODENDO ACOMPANHAR A DIETA DOS CELÍACOS. SABORES BAUNILHA OU MORANGO. FORMAS DE APRESENTAÇÃO: 200 ML. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: CUBITAN (DANONE NUTRICIA), NOVASOURCE PROLINE (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), SUPPORTAN DRINK (FRESENIUS KABI)		
36	FÓRMULA PEDIÁTRICA, PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ADICIONADA DE FIBRAS PREBIÓTICAS (GOS E FOS). CONTÉM LCPUFAS - ÁCIDOS GRAXOS POLIINSATURADOS DE CADEIA LONGA - ÁCIDO DOCOSAHEXAENOICO (DHA). SEM ADIÇÃO DE SACAROSE E COM ALTO TEOR DE VITAMINAS E MINERAIS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: FORTINI COMPLETE COM FIBRAS (DANONE NUTRICIA), NUTREN JUNIOR COM FIBRAS (NESTÉ HEALTH SCIENCE), PEDIASURE COMPLETE COM FIBRAS (ABBOTT)	LATA 400G	20
37	FÓRMULA PEDIÁTRICA, PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA E RICA EM VITAMINAS E MINERAIS. PERMITE PREPARO NA DILUIÇÃO 1,5KCAL/ML. ISENTO DE LACTOSE. NÃO CONTÉM GLUTEN. INDICAÇÕES: CRIANÇAS EM RISCO NUTRICIONAL, DESNUTRIDAS OU COM DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO; COM DOENÇAS CRÔNICAS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN JÚNIOR (NESTRÉ HEALTH SCIENCE), PEDIASURE (ABBOTT), FORTINI (DANONE NUTRICIA)	LATA 400G	900
38	FÓRMULA PEDIÁTRICA, PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, FORNECENDO ADEQUADO APORTE DE NUTRIENTES EM PEQUENO VOLUME. CONTÉM EXCELENTE PERFIL LIPÍDICO. ENRIQUECIDA COM MIX DE CAROTENÓIDES E FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS. ISENTA DE LACTOSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA 1,5 KCAL/ML. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:FORTINI MULTI FIBER	200ML	1.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	(DANONE NUTRICIA), PEDIASURE 1.5 CAL (ABBOTT), ISOSOURCE JUNIOR 1.5 (NESTLÉ HEALTH SCIENCE)		
39	HIPERCALÓRICO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ ORAL. FORMULADO PARA CRIANÇAS QUE PERMANECEM ALÉRGICAS À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA ATÉ 10 ANOS DE IDADE. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE NEOCATE JUNIOR (DANONE NUTRICIA), ALFAMINO JUNIOR (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PURAMINO JR (MEAD JOHNSON/ RECKITT)	LATA 400G	50
40	INFATRINI EM PO 400G	UN	200
41	ISOSOURCE 1.0 400G – NESTLÉ HEALTH SCIENCE	UN	500
42	ISOSOURCE JUNIOR PO 400G	UN	900
43	ISOSOURCE SOYA – 1 LITRO	UN	100
44	ISOSOURCE SOYA FIBER – 1 LITRO	UN	100
45	KETOCAL REFERÊNCIA: DIETA CETOGÊNICA PARA CRIANÇAS COM EPILEPSIA REFRACTÁRIA. É ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS. PODE SER ADMINISTRADO POR VIA ORAL E/OU ATRAVÉS DE SONDAS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. INDICAÇÕES: EPILEPSIA REFRACTÁRIA E OUTRAS CONDIÇÕES QUE REQUEREM TERAPIA NUTRICIONAL COM DIETA CETOGÊNICA, COMO DEFICIÊNCIA DO COMPLEXO PIRUVATODESIDROGENASE E SÍNDROME DE DEFICIÊNCIA DO TRANSPORTADOR TIPO 1 DE GLICOSE (GLUT1-DS). MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: KETO CAL 4:1 (NUTRICIA) KETO VIE 4:1 (CAMBROOKE), KETONIA 4:1 (VITAFLO)	LATA 300G	200
46	LEITE FORTINI PLUS 400GRAMAS	UN	200
47	LEITE ISOSOUCE 1.5	UN	700
48	LEITE MODULEM 400 GRAMAS	UN	50
49	LEITE NAN CONFORT I 800 GRAMAS	UN	100
50	LEITE NAN CONFORT II 800GRAMAS	UN	100
51	LEITE NAN ESPESSAR 800GRAMAS	UN	100
52	LEITE NAN SEM LACTOSE 400GRAMAS	UN	100
53	LEITE NAN SUPREME 800GRAMAS	UN	100



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

54	LEITE ZERO LACTOSE-1 LITRO	UN	70
55	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAU, A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES 100% E NÃO ALERGÊNICA. INDICAÇÕES: NA INTRODUÇÃO DE ALIMENTOS SÓLIDOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES COM ALERGIAS ALIMENTARES (À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, À SOJA, A PROTEÍNA HIDROLISADA E A MÚLTIPLAS PROTEÍNAS) MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NEOCATE SPOON (DANONE NUTRICIA), NEOCATE MIX (DANONE NUTRICIA), PURAMINO CEREAL (MEAD JOHNSON)	LATA 400G	168
56	NEOCATE LCP 400GRAMAS	UN	100
57	NEOFORTE 400 GRAMAS BAUNILHA/MORANGO	UN	200
58	NEO SPOON 400GRAMAS	UN	200
59	NESTOGENO 2 800 GRAMAS	UN	100
60	NUTRA SÊNIOR – DIABETICS CARE 800 GRAMAS	UN	100
61	NUTREN 1.5-200ML	UN	1.200
62	NUTREN CONTROL 200ML	UN	1.200
63	NUTREN SÊNIOR 740 GRAMAS – SEM SABOR	UN	700
64	NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL COM AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA INTESTINAL PARA DOENÇA DE CROHN E DII, COM TGF-B2, ESPECIALIZADA PARA PACIENTES DII/DOENÇA CROHN. PROTEÍNA DO SORO DO LEITE HIDROLISADA; CARBOIDRATOS: MALTODEXTRINA E FRUTOSE; LIPÍDEOS: TRIGLICERÍDEO DE CADEIA MÉDIA (TCM) E ÓLEO DE MILHO. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: MODULEN IBD (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PEPTAMEN (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PEPTAMEN JUNIOR (NESTLÉ HEALTH SCIENCE)	LATA 400G	20
65	NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL, EM PÓ, PARA CONTROLE GLICÊMICO E DIABETES, HIPERPROTEICO E COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. SEM LACTOSE. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:GLUCERNA SR (ABBOTT), DIASIP (DANONE NUTRICIA)	LATA 400G	30
66	NUTRISON SOYA 1 LITRO	UN	540



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

67	PREGOMIN PEPTI 400 GRAMAS	UN	100
68	(SISTEMA FECHADO) FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL. NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA E HIPERLIPÍDICA, COM CASEINATO DE CÁLCIO E SÓDIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, FIBRAS, VITAMINAS E MINERAIS. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, ZERO LACTOSE E ZERO GLÚTEN. FONTE DE PROTEÍNAS: 84% CASEINATO DE CÁLCIO E SÓDIO RECOLHIDO DO LEITE DE VACA E 16% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. FONTE DE CARBOIDRATOS: 35% MALTODEXTRINA, 48% AMIDO DE TAPIOCA E 17% FRUTOSE. FONTE DE GORDURAS: 100% ÓLEO DE CANOLA. FONTE DE FIBRAS: 15G / L, SENDO 31% FIBRA DE SOJA, 41% GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLISADA E 28% INULINA. FORMAS DE APRESENTAÇÃO: 1000 ML SABOR BAUNILHA. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:NOVASOURCE GI CONTROL (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON ADVANCED DIASON ENERGY MULTI FIBRE (DANONE NUTRICIA) THOPHIC EP FIBER SISTEMA FECHADO (PRODIET)	1000ML	100
69	(SISTEMA FECHADO) RECOMENDADO PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. É INDICADO PARA PESSOAS QUE NECESSITEM DE UM ALTO APORTE PROTEICO. DIETAS COM ESTE PERFIL PODEM SE ENQUADRAR NAS ORIENTAÇÕES DIETOTERÁPICAS PARA ALGUMAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, DESDE DESNUTRIÇÃO ATÉ SITUAÇÕES MAIS CRÍTICAS. INGREDIENTES:ÁGUA, MALTODEXTRINA, CASEINATO DE SÓDIO, ÓLEO DE CANOLA COM BAIXO TEOR ERÚCICO, ÓLEO DE GIRASSOL, MINERAIS (CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, CITRATO SÓDICO, CLORETO DE POTÁSSIO, ÓXIDO DE MAGNÉSIO, CLORETO DE MAGNÉSIO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE MANGANÊS, GLUCONATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO, CLORETO DE CROMO, MOLIBDATO DE SÓDIO E SELENITO DE SÓDIO), CASEINATO DE CÁLCIO, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEO DE GIRASSOL COM ALTO TEOR OLEICO, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, VITAMINAS (BITARTARATO DE COLINA, L-ASCORBATO DE SÓDIO, ACETATO DE DL -ALFA -TOCOFERILA, NICOTINAMIDA, D -PANTOTENATO DE CÁLCIO, CLORIDRATO DE CLORETO DE TIAMINA - (SISTEMA FECHADO) RECOMENDADO PARA	1000ML	100



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	AUXILIAR NA MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. É INDICADO PARA PESSOAS QUE NECESSITEM DE UM ALTO APORTE PROTEICO. DIETAS COM ESTE PERFIL PODEM SE ENQUADRAR NAS ORIENTAÇÕES DIETOTERÁPICAS PARA ALGUMAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, DESDE DESNUTRIÇÃO ATÉ SITUAÇÕES MAIS CRÍTICAS. INGREDIENTES:ÁGUA, MALTODEXTRINA, CASEINATO DE SÓDIO, ÓLEO DE CANOLA COM BAIXO TEOR ERÚCICO, ÓLEO DE GIRASSOL, MINERAIS (CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, CITRATO SÓDICO, CLORETO DE POTÁSSIO, ÓXIDO DE MAGNÉSIO, CLORETO DE MAGNÉSIO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE MANGANÊS, GLUCONATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO, CLORETO DE CROMO, MOLIBDATO DE SÓDIO E SELENITO DE SÓDIO), CASEINATO DE CÁLCIO, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEO DE GIRASSOL COM ALTO TEOR OLEICO, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, VITAMINAS (BITARTARATO DE COLINA, L-ASCORBATO DE SÓDIO, ACETATO DE DL -ALFA -TOCOFERILA, NICOTINAMIDA, D -PANTOTENATO DE CÁLCIO, CLORIDRATO DE CLORETO DE TIAMINA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, RIBOFLAVINA, PALMITATO DE RETINILA, ÁCIDO N -PTEROIL - L -GLUTÂMICO, FITOMENADIONA, D -BIOTINA, COLECALCIFEROL E CIANOCOBALAMINA), EMULSIFICANTES MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS E LECITINA DE SOJA AROMATIZANTE, ESTABILIZANTE CARRAGENA, CORANTE NATURAL URUCUM E ANTIESPUMANTE POLIDIMETILSILOXANO. ALÉRGICOS: CONTÉM SOJA E DERIVADOS E DERIVADOS DE LEITE. NÃO CONTÉM GLÚTEN CARACTERÍSTICAS E BENEFÍCIOS: OSMOLARIDADE: 333 MOSMOL/L DE ÁGUA KCAL/ML: 1,2 KCAL/ML PROTEÍNAS: 65 G/L FONTE DE CÁLCIO E FERRO ALTO TEOR DE VITAMINA C E D. INFORMAÇÕES DO PRODUTO: FORMATO: LÍQUIDO PESO: 1 LITRO FORMAS DE APRESENTAÇÃO: 1000 ML SABOR: ARTIFICIAL DE BAUNILHA SOJA: SIM GLÚTEN: NÃO LACTOSE: NÃO VEGANO: NÃO MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NOVASOURCE HP (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON PROTEIN PLUS (DANONE NUTRICIA), TROPHIC PROTEIN SISTEMA FECHADO (PRODIET)		
--	---	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

70	SUPLEMENTO ALIMENTAR DE PROTEÍNA EM PÓ PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES PROTEICAS. PROTEÍNA ISOLADO DO LEITE DE VACA, EM PÓ. FONTE DE PROTEÍNAS 100% PROTEÍNA ISOLADA DO SORO DO LEITE DE VACA (WHEY PROTEIN ISOLADO) 100% WHEY PROTEIN ISOLADO. INGREDIENTES: PROTEÍNA ISOLADA DO SORO DE LEITE DE VACA E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. APRESENTAÇÃO LATA DE 280 G SABOR SEM SABOR MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOFORT WHEY ISOLATE (VITAFOR), ISSO TRIPLE ZERO, (INTEGRALMÉDICA), DUX WHEY ISOLADO	LATA 280G	50
71	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ PARA NUTRIÇÃO ORAL, COM DENSIDADE ENERGÉTICA ALTA, FONTE DE PROTEÍNAS. ALTO TEOR DE VITAMINA D, CÁLCIO E VITAMINA B12. ISENTO DE FIBRAS. ZERO LACTOSE. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE. BAIXO EM GORDURA SATURADA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN SENIOR ZERO LACTOSE (NESTLÉ), ENSURE PROTEIN ZERO LACTOSE (ABBOTT), IMMAX ZERO LACTOSE (DANONE NUTRICIA)	LATA 740G	200
72	SUPLEMENTO COMPLETO E BALANCEADO, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, EM PÓ, HIPERPROTEICO, PERMITE DILUIÇÕES 1,0KCAL/ML (DENSIDADE ENERGÉTICA NORMAL) E 1,5 KCAL/ML (DENSIDADE ENERGÉTICA ALTA). ACRESCIDO DE 29 VITAMINAS E MINERAIS E EXCLUSIVO MIX DE FIBRAS. DIFERENTES SABORES (SEM SABOR, BAUNILHA E CAPPUCCINO). LATA DE 740 GRAMAS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN SENIOR, ENSURE PROTEIN, IMMAX, BIOSEN NUTRIR 740 G	LATA 740G	300
73	SUPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ SEM SABOR, PARA ADULTOS ACIMA DE 50 ANOS, PARA USO ORAL OU ENTERAL, CONTENDO: PROTEÍNAS (40GR), CÁLCIO (480MG) E VITAMINA D (11UG), PREBIO1, EPA/DHA; (FOLATO, B1, B2) ZINCO E SELÊNIO. DENSIDADE CALÓRICA 1 KCAL/ML. INDICAÇÃO: DESNUTRIÇÃO OU GERIATRIA; CÂNCER; HIPERPROTEÍCO; DIABETES. LATA DE 370 GRAMAS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN SÊNIOR, ENSURE PROTEIN. IMMMX, BIOSEN NUTRIR	LATA 370G	1.000
74	SUSTAGEM 400 GRAMAS BAUNILHA	UN	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

1.2.1. As memórias de cálculo e documento que dão suporte à estimativa do valor da contratação, constam em anexo classificado que será divulgado após a conclusão do certame,

1.2.2. O orçamento estimado poderá ser utilizado pelo Pregoeiro como parâmetro de negociação final com o licitante vencedor.

2- PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

2.1. A(s) Ata(s) de Registro de Preços oriundas deste procedimento terão validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços praticados.

2.2. O(s) contrato(s) decorrente(s) da(s) ata(s) de registro de preços terá(ão) sua(s) vigência(s) estabelecida(s) em conformidade com as disposições nela(s) contidas.

3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos constitui medida necessária ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG, considerando a necessidade de disponibilização de produtos destinados ao suporte nutricional de pacientes que, por diferentes condições, apresentem necessidades alimentares específicas ou demandem complementação de sua alimentação habitual. A disponibilidade desses produtos é indispensável para assegurar o adequado atendimento das demandas nutricionais identificadas no âmbito dos serviços de saúde municipal.

3.2. Os serviços de saúde prestados pelo Município atendem pacientes com diferentes necessidades nutricionais, podendo envolver situações que exijam suplementação alimentar, fórmulas nutricionais específicas ou produtos destinados a complementar a alimentação. Nesse contexto, a disponibilização de produtos compatíveis com as necessidades identificadas pela equipe responsável constitui importante suporte para o acompanhamento dos pacientes e para a continuidade das ações de assistência nutricional desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. A disponibilidade desses produtos mostra-se especialmente relevante para assegurar a continuidade do atendimento aos pacientes que necessitam de suporte nutricional de forma regular. A ausência ou insuficiência dos itens poderá dificultar o cumprimento das orientações estabelecidas pelos profissionais responsáveis, ocasionar descontinuidade no fornecimento e comprometer o acompanhamento adequado daqueles que dependem desses produtos como parte de sua assistência em saúde.

3.4. O fornecimento de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos também contribui para o atendimento de situações em que a alimentação convencional não seja suficiente para suprir determinadas necessidades nutricionais, conforme avaliação e orientação dos profissionais competentes. A disponibilização dos produtos adequados permite à Secretaria Municipal de Saúde oferecer suporte compatível com as necessidades apresentadas pelos usuários, contribuindo para a manutenção de condições nutricionais adequadas e para a continuidade do cuidado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

3.5. A necessidade de aquisição decorre, igualmente, do caráter contínuo das demandas de atendimento em saúde e da existência de pacientes que necessitam desses produtos de maneira recorrente. O consumo regular dos suplementos, fórmulas e demais itens torna necessária a reposição dos estoques, de modo a evitar desabastecimento e garantir que os produtos estejam disponíveis quando necessários ao atendimento dos usuários da rede municipal de saúde.

3.6. A aquisição dos suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos mostra-se, portanto, necessária para assegurar o suporte nutricional aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG. O atendimento dessa demanda contribui para a continuidade da assistência prestada, para o cumprimento das orientações nutricionais estabelecidas pelos profissionais responsáveis e para a adequada execução das ações de saúde desenvolvidas pelo Município.

3.7. Diante da necessidade identificada, a aquisição dos produtos apresenta-se como solução adequada para manter a disponibilidade dos itens necessários ao atendimento das demandas nutricionais dos usuários da rede municipal de saúde. A aquisição planejada permite acompanhar o consumo e as necessidades identificadas pela Secretaria, reduzindo o risco de desabastecimento e possibilitando a continuidade do fornecimento aos pacientes que dependem desses produtos.

3.8. A disponibilidade de produtos nutricionais adequados mostra-se mais vantajosa do que a adoção de substituições improvisadas ou o fornecimento de produtos incompatíveis com as necessidades específicas dos usuários, uma vez que tais situações podem comprometer a adequação do suporte nutricional oferecido. A aquisição de itens que atendam às características e especificações estabelecidas permite proporcionar maior segurança, qualidade e compatibilidade com as necessidades identificadas no atendimento dos pacientes.

3.9. A solução proporciona, ainda, maior flexibilidade à Administração, permitindo atender diferentes necessidades nutricionais identificadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. A diversidade de suplementos, fórmulas especiais e produtos correlatos possibilita que o fornecimento seja direcionado de acordo com as características e necessidades de cada usuário, observadas as orientações dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento.

3.10. Sob o aspecto econômico, a aquisição planejada possibilita melhor organização dos estoques e utilização racional dos recursos públicos destinados ao atendimento nutricional. A previsão das necessidades e a reposição adequada dos produtos contribuem para reduzir aquisições emergenciais, evitar desabastecimentos e proporcionar melhor aproveitamento dos itens adquiridos, considerando as demandas efetivamente identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.11. Outro fator de vantajosidade consiste na possibilidade de estabelecer previamente as especificações, apresentações, características nutricionais, padrões de qualidade e demais requisitos compatíveis com as necessidades dos pacientes atendidos. Essa definição permite direcionar a aquisição para produtos adequados às finalidades pretendidas, favorecendo a qualidade do atendimento e reduzindo a possibilidade de aquisição de itens inadequados ou incompatíveis com as demandas existentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

3.12. A aquisição planejada também contribui para maior regularidade no atendimento dos usuários que necessitam de suplementação ou fórmulas especiais, permitindo que a Secretaria disponha dos produtos necessários para o acompanhamento dos pacientes. Essa condição reduz a possibilidade de interrupções no fornecimento e evita que a ausência dos itens comprometa a continuidade das ações de assistência nutricional desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

3.13. Considerando os potenciais problemas relacionados à não aquisição, a insuficiência de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos poderá ocasionar desabastecimento, interrupções no fornecimento aos pacientes, dificuldades no cumprimento das orientações nutricionais e comprometimento da continuidade do acompanhamento realizado pelos serviços municipais de saúde. A aquisição atua, portanto, de maneira preventiva, assegurando a disponibilidade dos produtos necessários ao atendimento das demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.14. Considerando a necessidade de assegurar a disponibilidade contínua de produtos destinados ao suporte nutricional dos usuários da rede municipal de saúde, bem como os benefícios decorrentes de uma aquisição planejada e compatível com as demandas identificadas, a aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos apresenta-se como alternativa viável e vantajosa para o Município de Rosário da Limeira-MG. A solução permite atender às necessidades específicas dos pacientes, promover maior regularidade no fornecimento, racionalizar os recursos públicos e contribuir para a continuidade e adequada execução das ações de assistência à saúde.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições de consumo e utilização, íntegros, sem sinais de violação, adulteração, deterioração, vazamentos, alterações de características ou quaisquer outras condições que possam comprometer sua qualidade.

4.2. Todos os itens deverão atender integralmente às especificações, características, apresentações, quantidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, não sendo admitido o fornecimento de produtos com características inferiores às exigidas.

4.3. Os suplementos alimentares, fórmulas especiais e demais produtos deverão apresentar qualidade compatível com a finalidade a que se destinam, observando-se as características nutricionais, composição, apresentação e demais requisitos definidos para cada item.

4.4. Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante, em condições adequadas de conservação e armazenamento, de modo a preservar suas características durante o período destinado ao consumo.

4.5. As embalagens deverão estar íntegras, devidamente fechadas e sem sinais de violação, amassamento, perfuração, umidade, vazamento ou qualquer outro dano que possa comprometer o conteúdo. Deverão, ainda, apresentar identificação suficiente para permitir a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

conferência do produto, incluindo, quando aplicável, denominação, fabricante, composição, quantidade, lote e prazo de validade.

4.6. Os produtos deverão ser fornecidos em suas embalagens originais, quando assim comercializados pelo fabricante, não sendo admitida a entrega de itens fracionados, reembalados ou que apresentem alterações em sua apresentação que possam comprometer sua identificação, conservação ou utilização.

4.7. Os produtos deverão ser transportados e acondicionados de maneira adequada à sua natureza, observando-se, quando aplicável, as condições de conservação indicadas pelo fabricante, de modo a evitar deterioração, contaminação, danos às embalagens ou alterações nas características dos produtos durante o transporte e a entrega.

4.8. A Contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e demais custos necessários à entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração, devendo os itens ser entregues nos horários determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e em condições adequadas para conferência e armazenamento.

4.9. Os produtos entregues deverão corresponder exatamente aos itens, apresentações e quantidades solicitados pela Administração, não sendo admitida a substituição por produtos de características distintas sem prévia autorização. Eventuais substituições somente poderão ocorrer quando previamente autorizadas e desde que não resultem em prejuízo às características e à finalidade do produto originalmente solicitado.

4.10. Os produtos que apresentarem embalagem violada, sinais de deterioração, alterações de características, prazo de validade inadequado, identificação insuficiente, divergência em relação ao item solicitado ou qualquer outra condição incompatível com as especificações poderão ser recusados pela Administração, cabendo à Contratada providenciar sua substituição, sem ônus adicional.

4.11. Todos os custos necessários ao integral fornecimento dos produtos, incluindo transporte, carga, descarga, acondicionamento, tributos, seguros e demais despesas incidentes sobre o objeto, deverão estar incluídos nos preços ofertados pela Contratada.

4.12. A fiscalização e o recebimento dos produtos pela Administração não afastarão a responsabilidade da Contratada por eventuais vícios, defeitos, desconformidades ou irregularidades identificados posteriormente, devendo ser providenciada, sem ônus adicional, a substituição dos produtos que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagem devidamente inviolada, em sua apresentação original, sem avarias, contendo todas as informações de fabricação exigidas pela legislação pertinente de forma visível e plenamente legível.

5.1.1. Todos os encargos e custos decorrentes da contratação correrão cargo do licitante vencedor, tais como transporte, tributos, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2. Os itens deverão ser entregues nas condições estabelecidas no item 5.1, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão de Ordem de Fornecimento encaminhada pelo setor de compras do Município de Rosário da Limeira/MG, acompanhado da Nota Fiscal correspondente.

5.2.1. Após a entrega os itens estarão sujeitos a aceitação e ao recebimento provisório e definitivo, através do fiscal e gestor do contrato respectivamente.

5.2.2. Somente o Fiscal do Contrato, poderá realizar o recebimento dos produtos, ressalvados os casos de indicação formal de fiscal de contrato substituto.

5.2.3. Nos casos de atraso na entrega dos produtos, os licitantes estarão sujeitos as sanções estabelecidas no instrumento convocatório e, em especial a multa por mora, conforme descrito no respectivo instrumento.

5.3. Os produtos deverão ser entregues em local previamente estabelecido e comunicado pela secretaria requisitante através da Ordem de Fornecimento, dentro do perímetro urbano do Município de Rosário da Limeira-MG.

5.3.1. O horário de funcionamento para o recebimento dos produtos é de 08h00 às 17h00min.

5.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

5.5. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

5.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá ao Fiscal do contrato:

I - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;

II - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;

III - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

IV - Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;

V - Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

VI - Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;

VII - Rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;

VIII - Comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

6.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:

- I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
- II - Entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
- III - Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
- IV - Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
- V - Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
- VI - Alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
- VII - Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

6.2. Caberá ao Gestor do Contrato:

- I - Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
- II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
- III - Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
- IV - Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
- V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
- VI - Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
- VII - Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;
- VIII - Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
- IX - Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

6.2.1. Estendem-se, no que couber, as atribuições do Gestor de Contrato para as eventuais atas de registro de preços.

6.3. Caso o contrato decorrente deste procedimento seja substituído por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do Art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, as atribuições do gestor e fiscal de contrato serão mantidas, além da permanência integral das obrigações e condições estabelecidas na minuta contratual constante no anexo do edital e de todas as especificações e condições descritas neste termo.

7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.

7.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.

7.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

7.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

7.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;

II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;

III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.

IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS

8.1. O fornecedor ou prestador de serviços será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A indicação de créditos orçamentários será efetivada para formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, respeitadas as legislações orçamentárias vigentes.

Rosário da Limeira-MG, 29 de setembro de 2026

Maria Eduarda da Silva Freitas
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- OBJETO

1.1. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, visando aferir a viabilidade técnica e econômica para aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos constitui medida necessária ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG, considerando a necessidade de disponibilização de produtos destinados ao suporte nutricional de pacientes que, por diferentes condições, apresentem necessidades alimentares específicas ou demandem complementação de sua alimentação habitual. A disponibilidade desses produtos é indispensável para assegurar o adequado atendimento das demandas nutricionais identificadas no âmbito dos serviços de saúde municipal.

2.2. Os serviços de saúde prestados pelo Município atendem pacientes com diferentes necessidades nutricionais, podendo envolver situações que exijam suplementação alimentar, fórmulas nutricionais específicas ou produtos destinados a complementar a alimentação. Nesse contexto, a disponibilização de produtos compatíveis com as necessidades identificadas pela equipe responsável constitui importante suporte para o acompanhamento dos pacientes e para a continuidade das ações de assistência nutricional desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.3. A disponibilidade desses produtos mostra-se especialmente relevante para assegurar a continuidade do atendimento aos pacientes que necessitam de suporte nutricional de forma regular. A ausência ou insuficiência dos itens poderá dificultar o cumprimento das orientações estabelecidas pelos profissionais responsáveis, ocasionar descontinuidade no fornecimento e comprometer o acompanhamento adequado daqueles que dependem desses produtos como parte de sua assistência em saúde.

2.4. O fornecimento de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos também contribui para o atendimento de situações em que a alimentação convencional não seja suficiente para suprir determinadas necessidades nutricionais, conforme avaliação e orientação dos profissionais competentes. A disponibilização dos produtos adequados permite à Secretaria Municipal de Saúde oferecer suporte compatível com as necessidades apresentadas pelos usuários, contribuindo para a manutenção de condições nutricionais adequadas e para a continuidade do cuidado.

2.5. A necessidade de aquisição decorre, igualmente, do caráter contínuo das demandas de atendimento em saúde e da existência de pacientes que necessitam desses produtos de maneira recorrente. O consumo regular dos suplementos, fórmulas e demais itens torna necessária a reposição dos estoques, de modo a evitar desabastecimento e garantir que os produtos estejam disponíveis quando necessários ao atendimento dos usuários da rede municipal de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

2.6. A aquisição dos suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos mostra-se, portanto, necessária para assegurar o suporte nutricional aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG. O atendimento dessa demanda contribui para a continuidade da assistência prestada, para o cumprimento das orientações nutricionais estabelecidas pelos profissionais responsáveis e para a adequada execução das ações de saúde desenvolvidas pelo Município.

3- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA SOLUÇÃO ADOTADA

3.1. A aquisição dos produtos apresenta-se como solução adequada para manter a disponibilidade dos itens necessários ao atendimento das demandas nutricionais dos usuários da rede municipal de saúde. A aquisição planejada permite acompanhar o consumo e as necessidades identificadas pela Secretaria, reduzindo o risco de desabastecimento e possibilitando a continuidade do fornecimento aos pacientes que dependem desses produtos.

3.2. A disponibilidade de produtos nutricionais adequados mostra-se mais vantajosa do que a adoção de substituições improvisadas ou o fornecimento de produtos incompatíveis com as necessidades específicas dos usuários, uma vez que tais situações podem comprometer a adequação do suporte nutricional oferecido. A aquisição de itens que atendam às características e especificações estabelecidas permite proporcionar maior segurança, qualidade e compatibilidade com as necessidades identificadas no atendimento dos pacientes.

3.3. A solução proporciona, ainda, maior flexibilidade à Administração, permitindo atender diferentes necessidades nutricionais identificadas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. A diversidade de suplementos, fórmulas especiais e produtos correlatos possibilita que o fornecimento seja direcionado de acordo com as características e necessidades de cada usuário, observadas as orientações dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento.

3.4. Sob o aspecto econômico, a aquisição planejada possibilita melhor organização dos estoques e utilização racional dos recursos públicos destinados ao atendimento nutricional. A previsão das necessidades e a reposição adequada dos produtos contribuem para reduzir aquisições emergenciais, evitar desabastecimentos e proporcionar melhor aproveitamento dos itens adquiridos, considerando as demandas efetivamente identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.5. Outro fator de vantajosidade consiste na possibilidade de estabelecer previamente as especificações, apresentações, características nutricionais, padrões de qualidade e demais requisitos compatíveis com as necessidades dos pacientes atendidos. Essa definição permite direcionar a aquisição para produtos adequados às finalidades pretendidas, favorecendo a qualidade do atendimento e reduzindo a possibilidade de aquisição de itens inadequados ou incompatíveis com as demandas existentes.

3.6. A aquisição planejada também contribui para maior regularidade no atendimento dos usuários que necessitam de suplementação ou fórmulas especiais, permitindo que a Secretaria disponha dos produtos necessários para o acompanhamento dos pacientes. Essa condição reduz a possibilidade de interrupções no fornecimento e evita que a ausência dos itens



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

comprometa a continuidade das ações de assistência nutricional desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

3.7. Considerando os potenciais problemas relacionados à não aquisição, a insuficiência de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos poderá ocasionar desabastecimento, interrupções no fornecimento aos pacientes, dificuldades no cumprimento das orientações nutricionais e comprometimento da continuidade do acompanhamento realizado pelos serviços municipais de saúde. A aquisição atua, portanto, de maneira preventiva, assegurando a disponibilidade dos produtos necessários ao atendimento das demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.8. Considerando a necessidade de assegurar a disponibilidade contínua de produtos destinados ao suporte nutricional dos usuários da rede municipal de saúde, bem como os benefícios decorrentes de uma aquisição planejada e compatível com as demandas identificadas, a aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos apresenta-se como alternativa viável e vantajosa para o Município de Rosário da Limeira-MG. A solução permite atender às necessidades específicas dos pacientes, promover maior regularidade no fornecimento, racionalizar os recursos públicos e contribuir para a continuidade e adequada execução das ações de assistência à saúde.

3.9. A listagem dos itens foi obtida através de consulta aos setores técnicos responsáveis, identificando as demandas necessárias ao longo do exercício, buscando atender integralmente o maior número de produtos a serem utilizados resultando em maior eficiência para execução dos serviços públicos prestados, conforme se observa na planilha listada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA AUXILIAR NO CONTROLE GLICÊMICO DE PACIENTES COM DIABETES OU NECESSIDADES ESPECIAIS NO METABOLISMO DA GLICOSE. RICO EM PROTEÍNAS, FONTE DE FIBRAS, VITAMINAS E MINERAIS, CONTENDO CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO E BAIXO ÍNDICE GLICÊMICO. ISENTO DE GLÚTEN E LACTOSE. EMBALAGEM: LATA 380 A 400 G. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: GLUCERNA SR, NOVASOURCE GC, DIASIP.	400G	50
2	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL. INGREDIENTES: MALTODEXTRINA, XAROPE DE MILHO, PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, SACAROSE, CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, ÓLEO DE CANOLA DE BAIXO TEOR ERÚCICO, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MILHO, LECITINA DE SOJA, FOSFATO DE SÓDIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, VITAMINAS (VITAMINA A, VITAMINA D, VITAMINA E, VITAMINA K, VITAMINA C,	LATA 400G	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	VITAMINA B1, VITAMINA B2, NIACINA, VITAMINA B6, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINA B12, TIAMINA E TAURINA), CLORETO DE MAGNÉSIO, CARBONATO DE CÁLCIO, BITARTARATO DE COLINA, CLORETO DE CÁLCIO, MINERAIS (MANGANÊS, FERRO, COBRE, ZINCO, SELÊNIO, CROMO, MOLIBDÊNIO E IODO), ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO E AROMATIZANTE. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS • DENSIDADE CALÓRICA 1,0 KCAL/ ML • PROTEÍNAS: 16% • CARBOIDRATOS: 50% • GORDURAS: 34% FONTE DE MACRONUTRIENTES: • PROTEÍNAS: - (50% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, 50% CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA) • CARBOIDRATOS: (83% POLISSACARÍDEOS E 17% SACAROSE) • LIPÍDEOS: (51% ÓLEO DE CANOLA; 24% TCM; 16% ÓLEO DE MILHO; 3,5% LECITINA DE SOJA; 2,9% GORDURA LÁCTEA; 2,1% ÁCIDO LINOLEICO E 0,3% ÁCIDO LINOLÊNICO) • FORMAS DE APRESENTAÇÃO: LATA 400 G. • OSMOLALIDADE: 350 MOSM/KG DE ÁGUA SABOR: BAUNILHA MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN 1.0 (NÉSTLÉ HEALTH SCIENCE), ENSURE PÓ (ABBOTT), NUTRI ENTEREAL PÓ (PRODIET)		
3	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ENTERAL E ORAL INDICADO PARA PESSOAS QUE NECESSITAM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. FÓRMULA COM DENSIDADE ENERGÉTICA NORMAL, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, NORMOLIPÍDICA E HIPOSSÓDICA. ALIMENTO INSTANTÂNEO E DE FÁCIL SOLUBILIDADE; FONTE DE VITAMINAS E MINERAIS; ISENTO DE SACAROSE E GLÚTEN MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN 1.0 (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), ENSURE PÓ (ABBOTT), TROPHIC BASIC (PRODIET)	POTE 800G	70
4	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ENTERAL E ORAL INDICADO PARA PESSOAS QUE NECESSITAM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. FÓRMULA COM DENSIDADE ENERGÉTICA NORMAL, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, NORMOLIPÍDICA E HIPOSSÓDICA. CONTÉM FIBRAS NA COMPOSIÇÃO. ALIMENTO INSTANTÂNEO E DE FÁCIL SOLUBILIDADE; FONTE DE VITAMINAS E MINERAIS;	POTE 800G	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	ISENTO DE SACAROSE E GLÚTEN. POTE 800G. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN 1.0 FIBER (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), ENSURE FIBER (ABBOTT) TROPHIC BASIC (PRODIET), TROPHIC FIBER		
5	ALIMENTO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, ELEMENTAR (100% AMINOÁCIDOS LIVRES), NUTRICIONALMENTE COMPLETO, EM PÓ, PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS COM ALERGIAS ALIMENTARES. ISENTA DE PROTEÍNA LÁCTEA, LACTOSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. USO VIA ORAL E/OU ENTERAL. INDICAÇÕES: ALERGIA ALIMENTAR (AO LEITE DE VACA, À SOJA, A HIDROLISADOS E A MÚLTIPLAS PROTEÍNAS). MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:NEOCATE ADVANCE (DANONE NUTRICIA), ALFAMIRO JUNIOR (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PURAMINO JR (MEAD JOHNSON/RECKITT)	LATA 400G	50
6	APITAMIL II 800 GRAMAS	UN	100
7	APTAMIL 1 800 GRAMAS	UN	100
8	APTAMIL AR 800 GRAMAS	UN	100
9	APTAMIL PEPTI 400 GRAMAS	UN	200
10	APTAMIL SOJA 800 GRAMAS	UN	20
11	COMPLEMENTO ALIMENTAR DIÁRIO PARA QUEM NECESSITA DE UM MAIOR APORTE NUTRICIONAL. COM COMBINAÇÃO DE PROTEÍNA, VITAMINAS, MINERAIS E FIBRAS QUE IRÃO AUXILIAR NA IMUNIDADE, SAÚDE MUSCULAR, ÓSSEA E INTESTINAL. PODE SER CONSUMIDO QUENTE OU FRIO. ALIMENTOS PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE NUTRIENTES. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM SACAROSE. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ENSURE (ABBOTT), SUSTAIN (DANONE NUTRICIA)	LATA 400G	200
12	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS, FONTE DE CÁLCIO, FERRO, ZINCO, VITAMINAS A, C, D, E, K E COMPLEXO B. SABOR MORANGO OU SIMILAR. EMBALAGEM MÍNIMA DE 350 G. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:SUSTAP KIDS, NUTREN KIDS, SUSTAIN JUNIOR	350G	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

13	COMPOSTO LÁCTEO A BASE DE SOJA. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 3 A 5 ANOS. RICO EM VITAMINAS C E D. FONTE DE VITAMINAS A, B2, B12, B5, E, K, CÁLCIO, FERRO E ZINCO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM PROTEÍNAS LÁCTEAS. CONTÉM DERIVADOS DE SOJA. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: MILNUTRI BEBIDA VEGETAL SOJA (DANONE), SUPRASOY INFANTIL (JOSAPAR), SOYMILKE KIDS (OLVEBRA)	LATA 400G	40
14	COMPOSTO LÁCTEO COM ÓLEOS VEGETAIS E FIBRAS, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 3 A 5 ANOS DE IDADE, ADICIONADO DE PREBIÓTICOS (FOS E GOS). CONTÉM LCPUFAS ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - ÁCIDO DOCOSAHEXAENOICO (DHA). FONTE DE CÁLCIO, FERRO E ZINCO. RICO EM VITAMINAS C E D. FONTE DE VITAMINAS A, B2, B12, B5, E E K. CONTÉM SORO DE LEITE. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: MILNUTRI PREMIUM (DANONE), NANLAC CONFORT 3 (NESTLÉ), APTAMIL PROFUTURA 3 (DANONE)	LATA 800G	20
15	COMPOSTO LÁCTEO DIFERENTE DO LEITE DE VACA, CONTÉM ADIÇÃO DE NUTRIENTES E INGREDIENTES IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS: COMO VITAMINAS, MINERAIS E FIBRAS, ALÉM DISSO, NÃO É ADICIONADO DOS AÇÚCARES SACAROSE, FRUTOSE E AROMATIZANTES. INGREDIENTES: LEITE DESNATADO, SORO DE LEITE DESMINERALIZADO, MALTODEXTRINA, LACTOSE, OLEÍNA DE PALMA, GALACTO-OLIGOSSACARÍDEOS*, CONCENTRADO PROTEICO DE SORO DE LEITE, ÓLEO DE CANOLA COM BAIXO TEOR ERÚCICO, ÓLEO DE GIRASSOL, CÁLCIO (CITRATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO), ÓLEO DE PEIXE**, FÓSFORO (FOSFATO DE POTÁSSIO), FRUTO - OLIGOSSACARÍDEOS*, SÓDIO (FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO), MAGNÉSIO (CLORETODE MAGNÉSIO), - VITAMINA C (L - ASCORBATO DE SÓDIO), FERRO (SULFATO FERROSO), ZINCO (SULFATO DE ZINCO), VITAMINA E (ACETATO DE DL - ALFATOCOFERILA), ÁCIDO PANTOTÊNICO (D -PANTOTENATO DE CÁLCIO), NIACINA (NICOTINAMIDA), COBRE (SULFATO DE COBRE), TIAMINA (TIAMINA MONONITRATO), VITAMINA A (ACETATO DE RETINILA), VITAMINA B6(CLORIDRATO DE PIRIDOXINA), VITAMINA B2 (RIBOFLAVINA), ÁCIDO FÓLICO (ÁCIDO N -PTEROIL - L - GLUTÂMICO), IODO (IODETO DE POTÁSSIO), VITAMINA K (FITOMENADIONA), BIOTINA (DBIOTINA),	LATA 800G	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	VITAMINA D (COLECALCIFEROL), VITAMINA B12(CIANOCOBALAMINA), EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E REGULADORES DE ACIDEZ HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO E ÁCIDO CÍTRICO. ALÉRGICOS: CONTÉM LEITE E DERIVADOS E DERIVADOS DE SOJA E PEIXE. CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLUTÉN. ESTE PRODUTO NÃO É LEITE EM PÓ. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: MILNUTRI PREMIUM (DANONE), NINHO PRIMEIRA INFÂNCIA (NESTLÉ), ENFAGROW PREMIUM 9MEAD JOHNSON/ RECKITT)		
16	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE SOJA. INDICADO PARA CRIANÇAS ATÉ OS 12 MESES DE VIDA, COM INTOLERÂNCIA À LACTOSE E/OU NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO À LACTOSE (GALACTOSEMIA). CONTÉM ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO) E ÔMEGA 6 (ÁCIDO LINOLEICO). MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: APTAMIL SOJA 1 (DANONE), NAN SOY (NESTLÉ), ENFAMIL PROSOBEE (MEAD JOHNSON/ RECKITT)	LATA 800G	100
17	FÓRMULA INFANTIL ANTIREGURGITAÇÃO, EM PÓ, PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO, FORMULADA PARA CONDIÇÕES DE REFLUXO GASTROESOFÁGICO E/OU REGURGITAÇÃO. CONTÉM GOMA JATAÍ, AGENTE ESPESSANTE QUE PROPORCIONA MAIOR VISCOSIDADE DA FÓRMULA, NÃO ALTERANDO A DISTRIBUIÇÃO CALÓRICA.HIDROLISADA DO SORO DO LEITE, TEOR DE LACTOSE REDUZIDO, COM ADIÇÃO (GOS E FOS) DE PREBIÓTICOS, MIX ESPECIAL DE ÓLEOS ESSENCIAIS (ÁCIDO GRAXO BETA- PALMÍTICO) E ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - LC PUFAS (DHA - ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO E ARA - ÁCIDO ARAQUIDÔNICO). MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: APTAMIL AR (DANONE), NAN ESPESSAR/AR (NESTLÉ), ENFAMIL AR PREMIUM (MEAD JOHNSON/ RECKITT)	LATA 800G	100
18	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA DESDE O NASCIMENTO ATÉ 6 MESES DE VIDA, EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS INTACTAS, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS (FOS E GOS). CONTÉM ADEQUADA RELAÇÃO ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO): ÔMEGA 6 (ÁCIDO LINOLEICO) MAIS LCPUFAS (DHA E ARA) E NUCLEOTÍDEOS. MARCA	LATA 800G	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NAN COMFOR 1 , APTAMIL PREMIUM 1.		
19	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA E SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES, POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL, HIPERCALÓRICA, COM ÓTIMA OFERTA PROTÉICA. CONTÉM ADIÇÃO DE LCPUFAS, NUCLEOTÍDEOS E UMA MISTURA EXCLUSIVA DE PREBIÓTICOS (GOS/FOS). ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA 1,0 KCAL/ML. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: INFATRINI (DANONE NUTRICIA), INFATRINI PEPTISORB (DANONE NUTRICIA), PEDIASURE ENTERAL INFANTIL (ABBOTT)	LATA 400G	200
20	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 6 A 12 MESES DE VIDA, EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS INTACTAS, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS (FOS E GOS). CONTÉM ADEQUADA RELAÇÃO ÔMEGA 3 (ÁCIDO LINOLÊNICO): ÔMEGA 6 (ÁCIDO LINOLEICO) MAIS LCPUFAS (DHA E ARA), ALÉM DA PRESENÇA DE NUCLEOTÍDEOS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NAN CONFORT 2, APTAMIL PREMIUM 2.	LATA 800G	300
21	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DE LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA, COM LACTOSE E ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS E ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - LCPUFAS (DHA - ÁCIDO OCOSAHEXAENÓICO E ARA - ÁCIDO ARAQUIDÔNICO. CONTÉM MLC-PUFAS - ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA E PREBIÓTICOS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: APTAMIL PEPTI (DANONE), ALTHÉRA (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PEPTI JUNIOR (DANONE)	LATA 400G	100
22	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ HIPOALERGÊNICA, HIPERCALÓRICA (1 KCAL/ML), DESENVOLVIDA PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DE 0 A 36 MESES COM NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS; CONTÉM PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA E É ISENTA DE LACTOSE. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: INFATRINI PEPTISORB (DANONE), ALFARÉ HMO (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PEPTAMEN JUNIOR (NESTLÉ HEALTH SCIENCE)	LATA 400G	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

23	FÓRMULA INFANTIL, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 3 ANOS DE VIDA, EM PÓ, A BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS INTACTAS, ADICIONADA DE PREBIÓTICOS (GOS/FOS). CONTÉM ADEQUADA RELAÇÃO ÔMEGA 6: ÔMEGA 3 E PRESENÇA DE LCPUFAS (DHA E ARA) MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NINHO FASES 1 +, MILNUTRI PREMIUM, ENFAGROW,	LATA 800G	100
24	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, 0-36 MESES DE IDADE E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA. COM DHA E ARA. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: PREGOMIN PEPTI, (DANONE) ALFARÉ (NESTLÉ HEALTH SCIENCE) NUTRAMIGEN LGG (RECKITT/ MEAD JOHNSON)	LATA 400G	400
25	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES À BASE DE SOJA. FONTE DE ÁCIDOS GRAXOS, COMO DHA E ARA, SUA FÓRMULA É IDEAL PARA BEBÊS DE 0 A 12 MESES, INTOLERANTES A LACTOSE OU A QUALQUER COMPONENTE DO LEITE EM GERAL. FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES À BASE DE SOJA. COM DHA E ARA. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM SOJA E DERIVADOS MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NAN SOY, APTAMIL SOJA 2, ENFAMIL PRO SOBEE	LATA 800G	100
26	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE E À BASE DE AMINOÁCIDOS. COM DHA E ARA. RECOMENDADO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, 0-36 MESES DE IDADE. INGREDIENTES: XAROPE DE GLICOSE DESIDRATADO, AMINOÁCIDOS* (LARGININA-L-ASPARTATO, ACETATO DE LLISINA, L-LEUCINA, L-PROLINA, LGLUTAMINA, L-VALINA, GLICINA, LISOLEUCINA, L-TREONINA, L-SERINA, LTIROSINA, L-FENILALANINA HISTIDINA, L -ALANINA, L -CISTINA, L -TRIPTOFANO, L -ASPARTATO DE MAGNÉSIO E L	LATA 400G	400



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	-METIONINA), TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, AMIDO DE BATATA, ÓLEO DE GIRASSOL DE ALTO TEOR OLÉICO, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE GIRASSOL, OLEÍNA DE PALMA, GLICEROFOSFATO DE CÁLCIO, CLORETO DE POTÁSSIO, MALTODEXTRINA, CITRATO DE CÁLCIO, CITRATO DE SÓDIO, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO, ÓLEO DE CRYPTHECODINIUMCOHNII RICO EM ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA RICO EM ÁCIDO - ARAQUIDÔNICO, BITARTARATO DE COLINA, VITAMINA C, TAURINA, ÓXIDO DE MAGNÉSIO, INOSITOL, SULFATO FERROSO, VITAMINA E, SULFATO DE ZINCO, L - CARNITINA, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, SULFATO DE COBRE, VITAMINA B2, VITAMINA A, VITAMINA B1, VITAMINA B6, IODETO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MANGANÊS, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K, SELENATO DE SÓDIO, D -BIOTINA, VITAMINA D, VITAMINA B12, EMULSIFICANTE ÉSTERES DE MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS COM ÁCIDO CÍTRICO E ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM FENILALANINA. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ALFAMINO, NEOCATE LCP, PUR AMIRO		
27	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA EM PÓ, COM 100% PROTEÍNA PARCIALMENTE LATA 800G. HIDROLISADA DO SORO DO LEITE, TEOR DE LACTOSE REDUZIDO, COM ADIÇÃO (GOS E FOS) DE PREBIÓTICOS, MIX ESPECIAL DE ÓLEOS ESSENCIAIS (ÁCIDO GRAXO BETA- PALMÍTICO) E ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA – LC PUFAS (DHA – ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO E ARA – ÁCIDO ARAQUIDÔNICO).MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: APTAMIL HA, (DANONE), NAN HA (NESTLÉ), ENFAMIL GENTLEASE/ HA (MEAD JOHNSON/ RECKITT)	LATA 800G	50
28	FÓRMULA INFANTIL PARA RECEMNASCIDOS PRÉ-TERMO E/OU DE ALTO RISCO. COM DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MALTODEXTRINA, PROTEÍNA DE SORO DE LEITE*, LEITE DESNATADO*, TRIGLICÉRIDES DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE CANOLA, OLEÍNA DE PALMA, ÓLEO DE GIRASSOL COM ALTO TEOR OLEICO, ÓLEO DE	LATA 400G	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	GIRASSOL, SAIS MINERAIS (CITRATO DE POTÁSSIO, CITRATO DE CÁLCIO, CLORETO DE SÓDIO, CITRATO SÓDICO, CLORETO DE MAGNÉSIO, SULFATO FERROSO, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE CÁLCIO DIBÁSICO, CLORETO DE POTÁSSIO E SELENATO DE SÓDIO), VITAMINAS (L ASCORBATO DE SÓDIO, BITARTARATO DE COLINA, ACETATO DE DL-A-TOCOFERILA, NICOTINAMIDA, MIOINOSITOL, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, ACETATO DE RETINILA, TIAMINA MONONITRATO, RIBOFLAVINA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, ÁCIDO NPTEROIL-L-GLUTÂMICO, FILOQUINONA, D-BIOTINA, COLECALCIFEROL E CIANOCOBALAMINA), ÓLEO DE CRYPTHECODINIUMCOHNII, LECITINA DE LATA 400G. SOJA, L-HISTIDINA, ÓLEO DE MORTIERELLA ALPINA, L-ARGININA, - LCISTEÍNA, NUCLEOTÍDEOS (CITIDINA 5-MONOFOSFATO, SAL DISSÓDICO DE URIDINA 5-MONOFOSFATO, ADENOSINA 5- MONOFOSFATO E GUANOSINA 5- MONOFOSFATO), TAURINA, L-CARNITINA E LACTOSE. *FONTE PROTEICA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM LEITE E DERIVADOS E DERIVADOS DE SOJA. AVISO IMPORTANTE: ESTE PRODUTO SOMENTE DEVE SER USADO NA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 1 (UM) ANO DE IDADE COM INDICAÇÃO EXPRESSA DE MÉDICO OU NUTRICIONISTA. O ALEITAMENTO MATERNO EVITA INFECÇÕES E ALERGIAS E FORTALECE O VÍNCULO MÃE-FILHO. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: PRENAN, APTAMIL PRÉ, ENFAMIL PREMATUROS.		
29	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL FORMULADO PARA ESTADOS DE FUNÇÃO RENAL COMPROMETIDA - INSUFICIÊNCIA RENAL AGUDA OU CRÔNICA, EM TRATAMENTO CONSERVADOR OU COMO SUPLEMENTAÇÃO PARA PACIENTES DIALISADOS. HIPERCALÓRICO, COM BAIXO TEOR PROTÉICO E ADEQUADO TEOR LIPÍDICO. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA 2,0 KCAL/ML).. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NOVASOURCE REN (NESTLÉ HEALTH	1000ML	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	SCIENCE), NUTRISON RENAL (DANONE NUTRICIA) SUPLENA (ABBOTT)		
30	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, NORMOCALORICA E HIPERPROTEICA, ACRESCIDA DE ARGININA E MICRONUTRIENTES RELACIONADOS A CICATRIZAÇÃO (ALTO TEOR DE VITAMINA C, VITAMINA E, ZINCO, SELÊNIO E COBRE), COM FIBRAS E MIX DE CAROTENOIDES. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: CUBISON (DANONE NUTRICIA) IMPACT 1.5 (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NOVASOURCE PROLINE (NESTLÉ HEALTH SCIENCE)	1000ML	10
31	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, COM DENSIDADE CALÓRICA DE 1,5 KCAL/ML, COM ADEQUADO TEOR PROTEICO, COM FIBRAS E ENRIQUECIDO COM O EXCLUSIVO MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOSOURCE 1.5 FIBER (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON ENERGY MULTI FIBRE (DANONE NUTRICIA), TROPHIC 1.5 FIBER (PRODIET)	1000ML	130
32	FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, COM DENSIDADE CALÓRICA DE 1,5 KCAL/ML, COM ADEQUADO TEOR PROTEICO, SEM FIBRAS E ENRIQUECIDO COM O EXCLUSIVO MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTA DE SACAROSE E LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOSOURCE 1.5 (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON ENERGY (DANONE NUTRICIA), TROPHIC 1.5 (PRODIET)	1000ML	3
33	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, NORMOCALÓRICO E NORMOPROTÉICO. COM FIBRAS. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOSOURCE SOYA FIBER (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON SOYA MULTI FIBRE (DANONE NUTRICIA), TROPHIC SOYA FIBER (PRODIET)	1000ML	1.200
34	FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, NORMOCALÓRICO E NORMOPROTÉICO.	1000ML	1.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	SEM FIBRAS. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOSOURCE SOYA (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON SOYA MULTI FIBRE (DANONE NUTRICIA), TROPHIC SOYA FIBER (PRODIET)		
35	FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E HIPERPROTEICA ORAL, COM ARGININA E PROLINA. COM ALTO TEOR DE ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS A, E E C. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE. ISENTA DE LACTOSE. INDICADA PARA PACIENTES COM PROBLEMAS DE CICATRIZAÇÃO GERAL COMO LESÕES POR PRESSÃO, LESÕES CRÔNICAS, PÉ DIABÉTICO, ETC. POSSUI UMA FÓRMULA HIPERPROTÉICA E HIPERCALÓRICA, COM 1,4KCAL/ML. CARREGA TAIS AGENTES SEM ADIÇÃO DE SACAROSE E LIVRE DE GLÚTEN, PODENDO ACOMPANHAR A DIETA DOS CELÍACOS. SABORES BAUNILHA OU MORANGO. FORMAS DE APRESENTAÇÃO: 200 ML. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: CUBITAN (DANONE NUTRICIA), NOVASOURCE PROLINE (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), SUPPORTAN DRINK (FRESENIUS KABI)	200ML	2.400
36	FÓRMULA PEDIÁTRICA, PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ADICIONADA DE FIBRAS PREBIÓTICAS (GOS E FOS). CONTÉM LCPUFAS - ÁCIDOS GRAXOS POLIINSATURADOS DE CADEIA LONGA - ÁCIDO DOCOSAHEXAENOICO (DHA). SEM ADIÇÃO DE SACAROSE E COM ALTO TEOR DE VITAMINAS E MINERAIS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: FORTINI COMPLETE COM FIBRAS (DANONE NUTRICIA), NUTREN JUNIOR COM FIBRAS (NESTÉ HEALTH SCIENCE), PEDIASURE COMPLETE COM FIBRAS (ABBOTT)	LATA 400G	20
37	FÓRMULA PEDIÁTRICA, PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL, EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA E RICA EM VITAMINAS E MINERAIS. PERMITE PREPARO NA DILUIÇÃO 1,5KCAL/ML. ISENTO DE LACTOSE. NÃO CONTÉM GLUTEN. INDICAÇÕES: CRIANÇAS EM RISCO NUTRICIONAL, DESNUTRIDAS OU COM DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO; COM DOENÇAS CRÔNICAS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN JÚNIOR (NESTRÉ HEALTH	LATA 400G	900



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	SCIENCE), PEDIASURE (ABBOTT), FORTINI (DANONE NUTRICIA)		
38	FÓRMULA PEDIÁTRICA, PARA CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, FORNECENDO ADEQUADO APORTE DE NUTRIENTES EM PEQUENO VOLUME. CONTÉM EXCELENTE PERFIL LIPÍDICO. ENRIQUECIDA COM MIX DE CAROTENÓIDES E FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS. ISENTA DE LACTOSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA 1,5 KCAL/ML. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:FORTINI MULTI FIBER (DANONE NUTRICIA), PEDIASURE 1.5 CAL (ABBOTT), ISOSOURCE JUNIOR 1.5 (NESTLÉ HEALTH SCIENCE)	200ML	1.000
39	HIPERCALÓRICO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ ORAL. FORMULADO PARA CRIANÇAS QUE PERMANECEM ALÉRGICAS À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA ATÉ 10 ANOS DE IDADE. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE NEOCATE JUNIOR (DANONE NUTRICIA), ALFAMINO JUNIOR (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PURAMINO JR (MEAD JOHNSON/ RECKITT)	LATA 400G	50
40	INFATRINI EM PO 400G	UN	200
41	ISOSOURCE 1.0 400G – NESTLÉ HEALTH SCIENCE	UN	500
42	ISOSOURCE JUNIOR PO 400G	UN	900
43	ISOSOURCE SOYA – 1 LITRO	UN	100
44	ISOSOURCE SOYA FIBER – 1 LITRO	UN	100
45	KETOCAL REFERÊNCIA: DIETA CETOGÊNICA PARA CRIANÇAS COM EPILEPSIA REFRATÁRIA. É ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS. PODE SER ADMINISTRADO POR VIA ORAL E/OU ATRAVÉS DE SONDAS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. INDICAÇÕES: EPILEPSIA REFRATÁRIA E OUTRAS CONDIÇÕES QUE REQUEREM TERAPIA NUTRICIONAL COM DIETA CETOGÊNICA, COMO DEFICIÊNCIA DO COMPLEXO PIRUVATODESIDROGENASE E SÍNDROME DE DEFICIÊNCIA DO TRANSPORTADOR TIPO 1 DE GLICOSE (GLUT1-DS). MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: KETO CAL 4:1 (NUTRICIA) KETOVIE 4:1 (CAMBROOKE), KETONIA 4:1 (VITAFLO)	LATA 300G	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

46	LEITE FORTINI PLUS 400GRAMAS	UN	200
47	LEITE ISOSOUCE 1.5	UN	700
48	LEITE MODULEM 400 GRAMAS	UN	50
49	LEITE NAN CONFORT I 800 GRAMAS	UN	100
50	LEITE NAN CONFORT II 800GRAMAS	UN	100
51	LEITE NAN ESPESSAR 800GRAMAS	UN	100
52	LEITE NAN SEM LACTOSE 400GRAMAS	UN	100
53	LEITE NAN SUPREME 800GRAMAS	UN	100
54	LEITE ZERO LACTOSE-1 LITRO	UN	70
55	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAU, A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES 100% E NÃO ALERGÊNICA. INDICAÇÕES: NA INTRODUÇÃO DE ALIMENTOS SÓLIDOS PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES COM ALERGIAS ALIMENTARES (À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, À SOJA, A PROTEÍNA HIDROLISADA E A MÚLTIPLAS PROTEÍNAS) MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NEOCATE SPOON (DANONE NUTRICIA), NEOCATE MIX (DANONE NUTRICIA), PURAMINO CEREAL (MEAD JOHNSON)	LATA 400G	168
56	NEOCATE LCP 400GRAMAS	UN	100
57	NEOFORTE 400 GRAMAS BAUNILHA/MORANGO	UN	200
58	NEO SPOON 400GRAMAS	UN	200
59	NESTOGENO 2 800 GRAMAS	UN	100
60	NUTRA SÊNIOR – DIABETICS CARE 800 GRAMAS	UN	100
61	NUTREN 1.5-200ML	UN	1.200
62	NUTREN CONTROL 200ML	UN	1.200
63	NUTREN SÊNIOR 740 GRAMAS – SEM SABOR	UN	700
64	NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL COM AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA INTESTINAL PARA DOENÇA DE CROHN E DII, COM TGF-B2, ESPECIALIZADA PARA PACIENTES DII/DOENÇA CROHN. PROTEÍNA DO SORO DO LEITE HIDROLISADA; CARBOIDRATOS: MALTODEXTRINA E FRUTOSE; LIPÍDEOS: TRIGLICERÍDEO DE CADEIA MÉDIA	LATA 400G	20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	(TCM) E ÓLEO DE MILHO. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: MODULEN IBD (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PEPTAMEN (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), PEPTAMEN JUNIOR (NESTLÉ HEALTH SCIENCE)		
65	NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL, EM PÓ, PARA CONTROLE GLICÊMICO E DIABETES, HIPERPROTEICO E COM CARBOIDRATOS DE LENTA ABSORÇÃO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. SEM LACTOSE. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:GLUCERNA SR (ABBOTT), DIASIP (DANONE NUTRICIA)	LATA 400G	30
66	NUTRISON SOYA 1 LITRO	UN	540
67	PREGOMIN PEPTI 400 GRAMAS	UN	100
68	(SISTEMA FECHADO) FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL. NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA E HIPERLIPÍDICA, COM CASEINATO DE CÁLCIO E SÓDIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, FIBRAS, VITAMINAS E MINERAIS. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE, ZERO LACTOSE E ZERO GLÚTEN. FONTE DE PROTEÍNAS: 84% CASEINATO DE CÁLCIO E SÓDIO RECOLHIDO DO LEITE DE VACA E 16% PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. FONTE DE CARBOIDRATOS: 35% MALTODEXTRINA, 48% AMIDO DE TAPIOCA E 17% FRUTOSE. FONTE DE GORDURAS: 100% ÓLEO DE CANOLA. FONTE DE FIBRAS: 15G / L, SENDO 31% FIBRA DE SOJA, 41% GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLISADA E 28% INULINA. FORMAS DE APRESENTAÇÃO: 1000 ML SABOR BAUNILHA. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE:NOVASOURCE GI CONTROL (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON ADVANCED DIASON ENERGY MULTI FIBRE (DANONE NUTRICIA) THOPHIC EP FIBER SISTEMA FECHADO (PRODIET)	1000ML	100
69	(SISTEMA FECHADO) RECOMENDADO PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. É INDICADO PARA PESSOAS QUE NECESSITEM DE UM ALTO APORTE PROTEICO. DIETAS COM ESTE PERFIL PODEM SE ENQUADRAR NAS ORIENTAÇÕES DIETOTERÁPICAS PARA ALGUMAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, DESDE DESNUTRIÇÃO ATÉ SITUAÇÕES MAIS CRÍTICAS. INGREDIENTES:ÁGUA, MALTODEXTRINA, CASEINATO DE SÓDIO, ÓLEO DE CANOLA COM BAIXO TEOR ERÚCICO, ÓLEO DE GIRASSOL,	1000ML	100



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	MINERAIS (CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, CITRATO SÓDICO, CLORETO DE POTÁSSIO, ÓXIDO DE MAGNÉSIO, CLORETO DE MAGNÉSIO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE MANGANÊS, GLUCONATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO, CLORETO DE CROMO, MOLIBDATO DE SÓDIO E SELENITO DE SÓDIO), CASEINATO DE CÁLCIO, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEO DE GIRASSOL COM ALTO TEOR OLEICO, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, VITAMINAS (BITARTARATO DE COLINA, L-ASCORBATO DE SÓDIO, ACETATO DE DL -ALFA -TOCOFERILA, NICOTINAMIDA, D -PANTOTENATO DE CÁLCIO, CLORIDRATO DE CLORETO DE TIAMINA - (SISTEMA FECHADO) RECOMENDADO PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. É INDICADO PARA PESSOAS QUE NECESSITEM DE UM ALTO APORTE PROTEICO. DIETAS COM ESTE PERFIL PODEM SE ENQUADRAR NAS ORIENTAÇÕES DIETOTERÁPICAS PARA ALGUMAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, DESDE DESNUTRIÇÃO ATÉ SITUAÇÕES MAIS CRÍTICAS. INGREDIENTES:ÁGUA, MALTODEXTRINA, CASEINATO DE SÓDIO, ÓLEO DE CANOLA COM BAIXO TEOR ERÚCICO, ÓLEO DE GIRASSOL, MINERAIS (CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO, CITRATO SÓDICO, CLORETO DE POTÁSSIO, ÓXIDO DE MAGNÉSIO, CLORETO DE MAGNÉSIO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE MANGANÊS, GLUCONATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO, CLORETO DE CROMO, MOLIBDATO DE SÓDIO E SELENITO DE SÓDIO), CASEINATO DE CÁLCIO, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEO DE GIRASSOL COM ALTO TEOR OLEICO, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, VITAMINAS (BITARTARATO DE COLINA, L-ASCORBATO DE SÓDIO, ACETATO DE DL -ALFA -TOCOFERILA, NICOTINAMIDA, D -PANTOTENATO DE CÁLCIO, CLORIDRATO DE CLORETO DE TIAMINA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, RIBOFLAVINA, PALMITATO DE RETINILA, ÁCIDO N -PTEROIL - L -GLUTÂMICO, FITOMENADIONA, D -BIOTINA, COLECALCIFEROL E CIANOCOBALAMINA), EMULSIFICANTES MONO E DIGLICERÍDEOS DE ÁCIDOS GRAXOS E LECITINA DE SOJA AROMATIZANTE, ESTABILIZANTE CARRAGENA, CORANTE NATURAL URUCUM E ANTIESPUMANTE POLIDIMETILSILOXANO. ALÉRGICOS: CONTÉM SOJA E DERIVADOS E DERIVADOS DE LEITE. NÃO CONTÉM GLÚTEN CARACTERÍSTICAS E	
--	---	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

	BENEFÍCIOS: OSMOLARIDADE: 333 MOSMOL/L DE ÁGUA KCAL/ML: 1,2 KCAL/ML PROTEÍNAS: 65 G/L FONTE DE CÁLCIO E FERRO ALTO TEOR DE VITAMINA C E D. INFORMAÇÕES DO PRODUTO: FORMATO: LÍQUIDO PESO: 1 LITRO FORMAS DE APRESENTAÇÃO: 1000 ML SABOR: ARTIFICIAL DE BAUNILHA SOJA: SIM GLÚTEN: NÃO LACTOSE: NÃO VEGANO: NÃO MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NOVASOURCE HP (NESTLÉ HEALTH SCIENCE), NUTRISON PROTEIN PLUS (DANONE NUTRICIA), TROPHIC PROTEIN SISTEMA FECHADO (PRODIET)		
70	SUPLEMENTO ALIMENTAR DE PROTEÍNA EM PÓ PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES PROTEICAS. PROTEÍNA ISOLADO DO LEITE DE VACA, EM PÓ. FONTE DE PROTEÍNAS 100% PROTEÍNA ISOLADA DO SORO DO LEITE DE VACA (WHEY PROTEIN ISOLADO) 100% WHEY PROTEIN ISOLADO. INGREDIENTES: PROTEÍNA ISOLADA DO SORO DE LEITE DE VACA E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. APRESENTAÇÃO LATA DE 280 G SABOR SEM SABOR MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: ISOFORT WHEY ISOLATE (VITAFOR), ISSO TRIPLE ZERO, (INTEGRALMÉDICA), DUX WHEY ISOLADO	LATAB 280G	50
71	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ PARA NUTRIÇÃO ORAL, COM DENSIDADE ENERGÉTICA ALTA, FONTE DE PROTEÍNAS. ALTO TEOR DE VITAMINA D, CÁLCIO E VITAMINA B12. ISENTO DE FIBRAS. ZERO LACTOSE. SEM ADIÇÃO DE SACAROSE. BAIXO EM GORDURA SATURADA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN SENIOR ZERO LACTOSE (NESTLÉ), ENSURE PROTEIN ZERO LACTOSE (ABBOTT), IMMAX ZERO LACTOSE (DANONE NUTRICIA)	LATA 740G	200
72	SUPLEMENTO COMPLETO E BALANCEADO, PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, EM PÓ, HIPERPROTEICO, PERMITE DILUIÇÕES 1,0KCAL/ML (DENSIDADE ENERGÉTICA NORMAL) E 1,5 KCAL/ML (DENSIDADE ENERGÉTICA ALTA). ACRESCIDO DE 29 VITAMINAS E MINERAIS E EXCLUSIVO MIX DE FIBRAS. DIFERENTES SABORES (SEM SABOR, BAUNILHA E CAPPUCCINO). LATA DE 740 GRAMAS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN SENIOR, ENSURE PROTEIN, IMMAX, BIOSEN NUTRIR 740 G	LATA 740G	300



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

73	SUPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ SEM SABOR, PARA ADULTOS ACIMA DE 50 ANOS, PARA USO ORAL OU ENTERAL, CONTENDO: PROTEÍNAS (40GR), CÁLCIO (480MG) E VITAMINA D (11UG), PREBIO1, EPA/DHA; (FOLATO, B1, B2) ZINCO E SELÊNIO. DENSIDADE CALÓRICA 1 KCAL/ML. INDICAÇÃO: DESNUTRIÇÃO OU GERIATRIA; CÂNCER; HIPERPROTEÍCO; DIABETES. LATA DE 370 GRAMAS. MARCA DEFINIDA COMO PARÂMETRO DE QUALIDADE: NUTREN SÊNIOR, ENSURE PROTEIN. IMMMX, BIOSEN NUTRIR	LATA 370G	1.000
74	SUSTAGEM 400 GRAMAS BAUNILHA	UN	200

4- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições de consumo e utilização, íntegros, sem sinais de violação, adulteração, deterioração, vazamentos, alterações de características ou quaisquer outras condições que possam comprometer sua qualidade.

4.2. Todos os itens deverão atender integralmente às especificações, características, apresentações, quantidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, não sendo admitido o fornecimento de produtos com características inferiores às exigidas.

4.3. Os suplementos alimentares, fórmulas especiais e demais produtos deverão apresentar qualidade compatível com a finalidade a que se destinam, observando-se as características nutricionais, composição, apresentação e demais requisitos definidos para cada item.

4.4. Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante, em condições adequadas de conservação e armazenamento, de modo a preservar suas características durante o período destinado ao consumo.

4.5. As embalagens deverão estar íntegras, devidamente fechadas e sem sinais de violação, amassamento, perfuração, umidade, vazamento ou qualquer outro dano que possa comprometer o conteúdo. Deverão, ainda, apresentar identificação suficiente para permitir a conferência do produto, incluindo, quando aplicável, denominação, fabricante, composição, quantidade, lote e prazo de validade.

4.6. Os produtos deverão ser fornecidos em suas embalagens originais, quando assim comercializados pelo fabricante, não sendo admitida a entrega de itens fracionados, reembalados ou que apresentem alterações em sua apresentação que possam comprometer sua identificação, conservação ou utilização.

4.7. Os produtos deverão ser transportados e acondicionados de maneira adequada à sua natureza, observando-se, quando aplicável, as condições de conservação indicadas pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

fabricante, de modo a evitar deterioração, contaminação, danos às embalagens ou alterações nas características dos produtos durante o transporte e a entrega.

4.8. A Contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e demais custos necessários à entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração, devendo os itens ser entregues nos horários determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e em condições adequadas para conferência e armazenamento.

4.9. Os produtos entregues deverão corresponder exatamente aos itens, apresentações e quantidades solicitados pela Administração, não sendo admitida a substituição por produtos de características distintas sem prévia autorização. Eventuais substituições somente poderão ocorrer quando previamente autorizadas e desde que não resultem em prejuízo às características e à finalidade do produto originalmente solicitado.

4.10. Os produtos que apresentarem embalagem violada, sinais de deterioração, alterações de características, prazo de validade inadequado, identificação insuficiente, divergência em relação ao item solicitado ou qualquer outra condição incompatível com as especificações poderão ser recusados pela Administração, cabendo à Contratada providenciar sua substituição, sem ônus adicional.

4.11. Todos os custos necessários ao integral fornecimento dos produtos, incluindo transporte, carga, descarga, acondicionamento, tributos, seguros e demais despesas incidentes sobre o objeto, deverão estar incluídos nos preços ofertados pela Contratada.

4.12. A fiscalização e o recebimento dos produtos pela Administração não afastarão a responsabilidade da Contratada por eventuais vícios, defeitos, desconformidades ou irregularidades identificados posteriormente, devendo ser providenciada, sem ônus adicional, a substituição dos produtos que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

5- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

5.1. Foi realizado um cálculo comparativo fundamentado entre a projeção de consumo estimado para o exercício vigente, o quantitativo atualmente demandado e os históricos de consumo registrados em exercícios anteriores pela Administração Pública Municipal. Essa análise teve como finalidade estabelecer parâmetros realistas e compatíveis com a execução orçamentária e operacional, de modo a evitar a indicação de expectativas irreais ou superdimensionadas aos potenciais licitantes, assegurando maior credibilidade, transparência e aderência à realidade administrativa.

6- VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/21.

6.2. Utilizou-se como parâmetro de obtenção dos valores as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3. Para esta licitação, a Administração optou por preservar o sigilo dos valores obtidos na pesquisa de mercado, visando fomentar a disputa na fase de lances, com a expectativa que resulte em uma proposta mais vantajosa do objeto. A justificativa para manter o orçamento em caráter de sigilo durante a licitação pública está respaldada no Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Este artigo prevê que o sigilo do orçamento estimado é uma exceção importante para assegurar a competitividade e a obtenção da melhor proposta para a administração pública. Motivos para a Manutenção do Sigilo:

I - Assegurar a Competitividade: Evitar Acordos Entre Licitantes: A divulgação prévia do orçamento estimado pode incentivar acordos entre os licitantes para que os preços ofertados sejam próximos ao limite máximo estabelecido pela administração, comprometendo a competitividade do certame.

II- Estimular Propostas Justas: O sigilo do orçamento força os licitantes a apresentarem propostas baseadas em seus próprios custos e margens de lucro, promovendo um ambiente de concorrência justa e transparente.

III- Prevenção de Sobrepreços: Sem conhecimento prévio do orçamento estimado, os licitantes têm menor chance de inflacionar os preços ofertados, o que ajuda a administração a obter propostas mais vantajosas economicamente.

IV- Eficiência dos Recursos Públicos: A preservação do sigilo orçamentário contribui para a eficiência do uso dos recursos públicos, garantindo que o dinheiro público seja empregado da melhor forma possível, com preços competitivos e justos.

6.3.1. Manter o orçamento em caráter de sigilo durante a licitação pública, conforme previsto no Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, é uma medida estratégica que visa assegurar a competitividade, obter propostas mais vantajosas, proteger informações sensíveis e garantir a eficiência no uso dos recursos públicos. Dessa forma, a administração pública cumpre seu dever de promover uma gestão transparente e eficiente, beneficiando a sociedade com contratações mais econômicas e justas.

7- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. Em observância ao princípio do parcelamento, optou-se pela realização divisão do objeto em itens, para fomentar a disputa e alcançar o maior número de fornecedores interessados na participação do certame, haja vista que os objetos não possuem interdependência entre si que inviabilizem a execução por licitantes distintos.

7.2. Conforme estabelecido no inciso XLI do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21, considerando se tratar de aquisição de bens comuns, a modalidade a ser adotada para presente contratação é o Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica.

7.3. A utilização do sistema de registro de preços apresenta diversas vantagens e é uma estratégia eficaz para otimizar os processos de aquisição de bens e serviços pela administração pública. Este sistema oferece uma série de benefícios, tais como: I- Economia de Tempo e Recursos: Ao utilizar o registro de preços, a administração pública pode evitar a repetição de processos licitatórios para aquisições semelhantes ao longo do tempo. Isso resulta em economia de tempo e recursos administrativos, pois o procedimento de licitação é realizado uma única vez para determinado item ou serviço. II-Agilidade e Flexibilidade: O registro de preços permite que a administração pública mantenha uma lista de fornecedores pré-aprovados e estabeleça preços negociados previamente. Dessa forma, quando surgir a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

necessidade de adquirir determinado bem ou serviço, o processo de contratação pode ser mais ágil, uma vez que não é necessário realizar nova licitação, bastando a emissão de ordens de compra aos fornecedores registrados. III- Melhor Planejamento Orçamentário: O sistema de registro de preços possibilita à administração pública planejar suas despesas de forma mais eficiente, uma vez que os preços dos itens ou serviços estão previamente definidos. Isso facilita o controle financeiro e a elaboração de orçamentos anuais, garantindo maior previsibilidade e transparência nos gastos públicos. IV- Maior Concorrência e Redução de Custos: Ao estabelecer preços registrados para determinados itens ou serviços, o sistema de registro de preços atrai um maior número de fornecedores interessados em participar do processo licitatório. Isso promove a concorrência entre os fornecedores, o que pode resultar em redução de custos para a administração pública. V- Cumprimento da Lei de Licitações: O uso do sistema de registro de preços está em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei de Licitações e Contratos, que estabelece os princípios e normas para as contratações públicas. Dessa forma, a utilização desse sistema assegura a legalidade e a transparência nos processos de compras governamentais. Portanto, considerando os benefícios mencionados acima, a utilização do sistema de registro de preços se mostra uma opção vantajosa e eficiente para a administração pública na aquisição de bens e serviços, contribuindo para uma gestão mais eficaz e transparente dos recursos públicos.

8- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

9- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

9.1. Para o perfeito cumprimento deste objeto não se faz necessária a contratação de objetos correlatos ou interdependentes de natureza distinta ou que não estejam previstos nas especificações constantes deste instrumento.

10- ANÁLISE DE RISCOS

10.1. Constitui risco para a demanda o atraso injustificado na execução do objeto, ocasionando prejuízos e atrasos nos serviços prestados pela administração pública municipal. Para respaldar a administração pública municipal contra os atrasos se faz necessária a inclusão de multa por mora, nos moldes a seguir:

I- O licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

II- Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

a) Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;

b) Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá convertê-la em compensatória e promover a extinção



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

c) Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Considerando as características do objeto a ser licitado, não se identifica a possibilidade de impactos ambientais significativos. Trata-se da distribuição de itens comuns, devidamente produzidos e embalados em conformidade com a legislação pertinente ao ramo de atividade ao qual pertencem.

12- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A SEREM EXIGIDOS

12.1. A Lei Federal nº 14.133, estabelece os documentos de habilitação obrigatórios para a participação em licitações públicas. Esses documentos são essenciais para garantir que os licitantes tenham a capacidade técnica, financeira, jurídica e de conformidade com obrigações trabalhistas e tributárias para executar o objeto da licitação, sendo assim, com auxílio dos setores técnicos responsáveis, identificou-se que os seguintes documentos de habilitação devem ser exigidos no instrumento convocatório:

12.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V - Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI - Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

12.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

12.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

12.1.3.1. O Simples Nacional é um regime tributário simplificado estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, que visa reduzir a carga tributária e simplificar o cumprimento das obrigações fiscais para esses negócios, incentivando a formalização e o desenvolvimento econômico. A ausência da exigência de balanço patrimonial para empresas enquadradas no Simples Nacional é justificada pela necessidade de simplificação administrativa e redução de custos, adequando-se à realidade operacional e financeira das microempresas e empresas de pequeno porte. Esta medida promove a formalização, facilita a gestão contábil e tributária, e apoia o crescimento e a sustentabilidade dessas empresas, alinhando-se aos objetivos do Simples Nacional de incentivar o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Ante o exposto, considerando as características gerais do objeto, bem como as condições gerais de execução contratual, não foi identificada a necessidade de exigência para apresentação de balanço patrimonial como requisito de habilitação, haja vista o risco de acarretar em restrições indevidas ao caráter competitivo do certame. Tal medida encontra-se em estrita conformidade com a com o inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal que estabelece que as exigências de qualificação técnica e econômica deverão ser aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

12.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I- Alvará de Vigilância Sanitária, expedido pelo órgão competente do Município ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o licitante, devidamente válido na forma da legislação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

específica vigente.

13- CONCLUSÃO

13.1. Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.

Rosário da Limeira-MG, 29 de setembro de 2026

**Maria Eduarda da Silva Freitas
Secretária Municipal de Saúde**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ROSÁRIO DA LIMEIRA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026
PREGÃO Nº 049/2026
MINUTA CONTRATUAL
ANEXO II**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
0XX/2026 QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA
LIMEIRA E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 01.61.837/0001-22, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Sr. Cristovam Gonzaga da Luz, portador da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº 530.007.656-20, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada á xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o Processo Licitatório nº 104/2026, Pregão nº 049/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições pactuadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de Empresa para fronecimento de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG.

1.2. O objeto da contratação deverá seguir as especificações, quantitativos e valores delimitados através da planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						
2.						
3.						
VALOR GLOBAL						

1.3. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos: o Termo de Referência, o Edital da Licitação e seus Anexos, a Proposta Comercial do Contratado e demais documentos apresentados durante a sessão pública, constantes nos autos do procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

1.4. O presente instrumento perfaz um valor global de R\$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento constante na planilha do item 1.2.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de xxxxxxxx (xxxxxxx) dias/meses/ anos.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagem devidamente inviolada, em sua apresentação original, sem avarias, contendo todas as informações de fabricação exigidas pela legislação pertinente de forma visível e plenamente legível.

3.1.1. Todos os encargos e custos decorrentes da contratação correrão cargo do licitante vencedor, tais como transporte, tributos, dentre outros.

3.2. Os itens deverão ser entregues nas condições estabelecidas no item 5.1, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão de Ordem de Fornecimento encaminhada pelo setor de compras do Município de Rosário da Limeira/MG, acompanhado da Nota Fiscal correspondente.

3.2.1. Após a entrega os itens estarão sujeitos a aceitação e ao recebimento provisório e definitivo, através do fiscal e gestor do contrato respectivamente.

3.2.2. Somente o Fiscal do Contrato, poderá realizar o recebimento dos produtos, ressalvados os casos de indicação formal de fiscal de contrato substituto.

3.2.3. Nos casos de atraso na entrega dos produtos, os licitantes estarão sujeitos as sanções estabelecidas no instrumento convocatório e, em especial a multa por mora, conforme descrito no respectivo instrumento.

3.3. Os produtos deverão ser entregues em local previamente estabelecido e comunicado pela secretaria requisitante através da Ordem de Fornecimento, dentro do perímetro urbano do Município de Rosário da Limeira-MG.

3.3.1. O horário de funcionamento para o recebimento dos produtos é de 08h00 às 17h00min.

3.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

3.5. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

3.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Caberá ao Fiscal do contrato:

- I - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
- II - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;
- III - Fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
- IV - Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;
- V - Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- VI - Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- VII - Rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
- VIII - Comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;

4.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:

- I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
- II - Entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
- III - Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
- IV - Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
- V - Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
- VI - Alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
- VII - Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

4.2. Caberá ao Gestor do Contrato:

- I - Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
 - II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
 - III - Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
 - IV - Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
 - V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
 - VI - Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

VII - Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;

VIII - Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;

IX - Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Na execução deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o **CONTRATADO** poderá subcontratar parcelas do objeto, desde que, autorizado formalmente pelo **CONTRATANTE**.

5.1.1. Na autorização, caso concedida, o **CONTRATANTE** deverá indicar o limite percentual do objeto ou a parcela que poderá ser subcontratada.

5.1.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontrato, quando cabível, que será avaliada e juntada aos autos do processo licitatório.

5.1.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

6.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.

6.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.

6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

6.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

6.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento f

icará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;

III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.

IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, até o dia xx/xx/2027.

7.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Geral Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

I- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

- IV- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- V- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- VI- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VII- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- VIII - Cientificar o órgão de assessoramento jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- IX- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- X- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações do CONTRATADO

- I- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando;
 - II- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - III- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da para a execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - IV- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - V- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - VI- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - VII- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
 - VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
 - IX- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
 - X- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens
-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

de terceiros.

XI- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando cabível (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XII- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando cabível (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XIII- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XVI- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XVII- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

XVIII- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XIX - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

9.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- A natureza e a gravidade da infração cometida.

II- As peculiaridades do caso concreto

III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes

IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 9.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 9.1, quando não se



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

justificar imposição de penalidade mais grave.

9.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 9.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1 deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

9.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 9.3.

9.6. A sanção prevista no inciso III do item 9.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 9.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

9.7. A sanção prevista no inciso IV do item 9.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, X, XI e XII do item 9.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, em favor do órgão.

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

Executivo Federal.

9.15. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.

9.15.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

9.16. Além das sanções previstas no item 9.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

9.16.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;

II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá convertê-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

9.16.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

VIII – atraso injustificado na execução do objeto, após esgotadas as medidas cabíveis estabelecidas no item 9.16.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e nas suas correspondentes para o exercício posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais atos normativos pertinentes e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor, além das normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este contrato poderá ser alterado conforme disposições contidas no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. O **CONTRATADO** se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/21.

13.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Este contrato e os eventuais termos aditivos decorrentes, deverão ser divulgados no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, como condição indispensável para sua eficácia no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Muriaé-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Xxxxxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

**CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026 PREGÃO Nº049/2026 MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 01.616.837/0001-22, com sede administrativa na Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 232, Bairro Centro, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. Cristovam Gonzaga da Luz, portador da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada á xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **DETENTOR DOS PREÇOS REGISTRADOS**, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com o Processo Administrativo nº 104/2026, Pregão na Forma Eletrônica nº 049/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições pactuadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.1. Constitui objeto do presente instrumento o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG.**

1.2. Ficam registrados para o fornecedor qualificado no preâmbulo os seguintes itens e seus respectivos preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	QUAN T	MARCA/ MODEL O	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						
2.						
3.						
VALOR GLOBAL						

1.3. Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos: o Termo de Referência, o Edital da Licitação e seus Anexos, a Proposta Comercial do Contratado e demais documentos apresentados durante a sessão pública, constantes nos autos do procedimento licitatório.

1.4. É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos constantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

2.1. O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

I- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequência incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21; ou

II- E caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

3.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.2.2. Na hipótese prevista no item 3.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

3.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

3.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

3.3.1. O fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

3.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, na legislação aplicável e no instrumento convocatório.

3.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

3.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

3.3.5. Na hipótese de comprovação, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO

4.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - Não aceitar manter seu preço registrado, ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.1.1. Na hipótese prevista no inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

4.1.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

4.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

4.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação com o DETENTOR DOS PREÇOS REGISTRADOS será formalizada através de instrumento contratual, conforme minuta estabelecida no instrumento convocatório.

5.2. Nas compras com entrega imediata e integral dos produtos que não resultem em obrigações futuras, o instrumento contratual poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra.

5.2.1. Nos casos de substituição do instrumento contratual, os outros instrumentos hábeis terão as mesmas condições e obrigações estabelecidas na minuta contratual, independentemente de sua transcrição.

5.3. Os contratos decorrentes desta ata poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.1. Poderá ser realizada a formação do cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

execução do objeto pelo licitante adjudicatário, desde que os licitantes aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor.

6.2. Será respeitada, na convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e eventuais contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados.

6.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reservas somente será efetuada quando houver necessidade de convocação dos licitantes remanescentes, nos casos em que o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na respectiva ata.

6.3.1. O licitante será convocado para apresentação dos documentos de habilitação e deverá encaminhá-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito de classificação.

6.4. A lista contendo os licitantes que compõem o cadastro de reserva, a ordem de classificação e os preços registrados constarão em anexo desta ata de registro de preços.

6.5. Durante eventual convocação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será considerado o quantitativo remanescente da ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

7.1. O DETENTOR DOS PREÇOS REGISTRADOS se encontra estritamente vinculado às disposições, regras, obrigações, sanções e condições estabelecidas no instrumento convocatório, termo de referência, minuta contratual e demais anexos do Processo Licitatório originário.

7.1.1. Não será admitida em nenhuma hipótese a alegação de desconhecimento dos termos estabelecidos e pactuados que estejam previstos nos respectivos instrumentos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este instrumento implicará compromisso de execução das condições estabelecidas, porém não obriga o Município a contratar com o detentor dos preços registrados.

8.2. É vedada a participação do órgão em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto, durante o seu respectivo período de vigência.

8.3. Outros os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021;

III - Prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

8.3.1. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere este tópico não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

8.3.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

8.3.3. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

8.3.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata. O prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

8.4. Os casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais atos normativos pertinentes e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. Este instrumento, deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Muriaé/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

XXXXXXXXXXXXXXXX, xx de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XX/2026 CADASTRO DE RESERVAS

Compõem o cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de execução do objeto pelo licitante adjudicatário correspondente ao Processo Administrativo nº 104/2026, Pregão Eletrônico nº 049/2026, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de suplementos alimentares, fórmulas especiais e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário da Limeira-MG**, os seguintes fornecedores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	VALOR
01			
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	CNPJ	
0			
2º			
3º			
4º			

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	VALOR
02			
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	CNPJ	
0			
2º			
3º			
4º			

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI D	VALOR
03			
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	CNPJ	
0			
2º			
3º			
4º			



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026 PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 049/2026 MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CADASTRO DE RESERVA ANEXO IV

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, através de seu representante legal Sr.(a) xxxxxxxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxxx, inscrito (a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, **DECLARA** nos termos do Processo Administrativo nº 104/2026, a intenção de compor o cadastro de reservas da(s) Ata(s) de Registro de Preços originárias do respectivo procedimento, reconhecendo que:

- I- Para eventuais convocações será considerada a ordem de classificação da empresa durante a fase de lances do(s) item (ns),
- II – Deverá encaminhar a declaração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para o e-mail licitacao@rosariodalimeira.mg.gov.br ;
- III- Somente serão considerados os valores idênticos aos dos licitantes vencedores e que, qualquer item proposto com valores distintos, superiores ou inferiores, serão desconsiderados;
- IV- Em eventual convocação será solicitada a apresentação dos documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Informamos ao município que a intenção e compor o cadastro de reserva se deu em face dos itens descritos a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR UNITÁRIO (Idêntico ao licitante vencedor)

Xxxxxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxxxx de 2026

Representante Legal
Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA ESTADO DE MINAS GERAIS
